



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

Comunicação e Inclusão:
Uma proposta para a ONG Urece Esporte e Cultura para Cegos

Thais de Castro Miranda

Orientador: Prof: Dr. Maurício Lisovsky

RIO DE JANEIRO
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

Comunicação e Inclusão:
Uma proposta para a ONG Urece Esporte e Cultura para Cegos

THAIS DE CASTRO MIRANDA

RIO DE JANEIRO
2007

THAIS DE CASTRO MIRANDA

Comunicação e Inclusão:
Uma proposta para a ONG Urece Esporte e Cultura para Cegos

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo – da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do bacharelado em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Lissovsky

RIO DE JANEIRO
2007

MIRANDA, Thais Castro. **Comunicação e Inclusão**: Uma proposta para a ONG Urece Esporte e Cultura para Cegos. Prof. Dr. Maurício Lissovsky orient. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ. 2007.70f

Monografia de conclusão do curso de Comunicação Social apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ 2007.

1. Inclusão social 2. Comunicação 3. Esporte 4. Cultura. I – Lissovsky, Maurício (Orientador). II – Jornalismo III – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Escola de Comunicação. IV – Título.

THAIS DE CASTRO MIRANDA

Comunicação e Inclusão:
Uma proposta para a ONG Urece Esporte e Cultura para Cegos

Projeto Experimental apresentado à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, submetido à aprovação da banca examinadora pelos seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Maurício Lissovsky – orientador.

Prof. Dr. Willian Dias Braga

Profª. Dra. Ilana Strozemberg

Monografia examinada em: ___/___/___

Grau: _____

RIO DE JANEIRO
2007

Ao meu amigo-computador-braço-direito-olho-esquerdo-
cronograma-google-memória-inspiração-produção-
despertador-ensinamento: Marcos Lima

AGRADECIMENTOS:

A Urece Esporte e Cultura, por todo ensinamento de vida e profissão;

A Marcos Lima, amigo incondicional que sabe como ninguém a hora de estender a mão ou puxar a orelha. Esse trabalho é resultado dessa amizade, de muitas horas de apoio e outras de orelha dolorida;

A Anderson Dias, Fausto Penello, Fabio Dias, Gabriel Mayr e Rafael Ceccon, pessoas admiráveis que me ensinaram o significado da palavra dedicação;

À cantora Sara Bentes por anunciar em linda voz que “assim como você e todo mundo sou diferente de todo mundo”;

Aos atletas Felipe Gomes, Luciano César, Liwisgton Costa e Isaac Ribeiro que mostram que o paradesporto sabe a diferença entre competir e vencer;

Aos artistas do Som do Invisível, por me apresentarem uma arte que não se agradece, só se aplaude;

A meu amor, pelo tudo de cada dia;

A minha família, por um outro tudo de toda a vida;

Aos meus amigos Anabel, Aninha, Bruno, Leo, Lica, Mari, Nat, Marquinhos, Ruy e Tatá pelos quatro anos de carnaval;

A Fátima, Vovó Elza e Ana pelo carinho, abrigo e lanchinho das madrugadas;

A Teresa e Márcio D’Amaral, pela gentileza com que me receberam em sua casa, o IBDD.

A Andrei e Luiz Cláudio, por me emprestarem algumas horas que renderam conhecimentos para a vida toda;

A Moira e Janaina, pela disponibilidade e delicadeza;

“A pior deficiência é a falta de sensibilidade”
(anônimo)

CASTRO MIRANDA, Thais. **Comunicação e Inclusão**: Uma proposta para a ONG Urece Esporte e Cultura para Cegos. Orientador: Prof. Dr. Maurício Lissovsky. Monografia de Conclusão do curso de Jornalismo, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 70 f.

RESUMO:

A pesquisa Retratos da Deficiência no Brasil, realizada pela Fundação Getúlio Vargas, revela um alarmante panorama de exclusão das pessoas portadoras de deficiência no país. Neste contexto, surgem iniciativas de organizações sem fins lucrativos que buscam preencher as lacunas deixadas pelas diversas esferas governamentais. Este trabalho se propõe a estudar o caso da Urece Esporte e Cultura para Cegos, uma ONG criada por atletas com deficiência visual. Aqui, as atividades esportivas e artísticas desenvolvidas pela associação serão tratadas como poderosas ferramentas de inclusão social e busca pela cidadania, mas, sobretudo, como um meio de o deficiente ser reconhecido e valorizado pelo seu trabalho. O objetivo deste estudo é refletir sobre a importância da comunicação na construção de uma sociedade inclusiva, sugerindo estratégias a serem empregadas no diálogo da ONG com a sociedade civil, com a mídia e com empresas patrocinadoras. Para tal, o trabalho monográfico vem acompanhado do vídeo institucional “Porque não enxergamos obstáculos”. A peça foi desenvolvida com a finalidade de realizar na prática uma proposta de comunicação que demonstre a importância de fazer circular informações responsáveis para romper com os paradigmas excludentes que envolvem a pessoa com deficiência. Dessa forma, a comunicação é entendida como um instrumento de luta contra o preconceito, a estigmatização, a desinformação, o assistencialismo e a discriminação que ainda permeiam as relações entre o deficiente e a sociedade.

Lista de Siglas

CBDC - Confederação Brasileira de Desportos para Cegos

CEIBC - Caixa Escolar do Instituto Benjamin Constant

CPB - Comitê Paraolímpico Brasileiro

IBC - Instituto Benjamin Constant

IBDD - Instituto Brasileiro dos Direitos das Pessoas com Deficiência

IBSA - Federação Internacional de Esportes para Cegos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

- 1.1 Os números da deficiência
- 1.2 Preconceito e Discriminação
- 1.3 Terminologia

2. INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

- 2.1 Um pouco de história
- 2.2 Ações em prol da inclusão
 - 2.2.1 Inclusão pelo esporte
 - 2.2.2 Pela arte

3. DEFICIÊNCIA VISUAL

- 3.1 Um panorama
- 3.2 Dificuldades e Desafios
- 3.3 Instituições
 - 3.3.1 Instituto Benjamin Constant (IBC)
 - 3.3.2 Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD)
 - 3.3.3 O Instituto Muito Especial
 - 3.3.4 Arte Sem Barreiras

4. ESTUDO DE CASO: Urece Esporte Cultura Para Cegos

- 4.1 O que é
- 4.2 História da Associação
 - 4.2.1 O Projeto Iniciativa Jovem
 - 4.2.2 Onde entra cultura em uma associação esportiva?
 - 4.2.3 O nome Urece
- 4.3 Esporte para pessoas com deficiência visual
 - 4.3.1 As atividades esportivas dentro da Urece
 - 4.3.1.1 Remo Adaptado
 - 4.3.1.2 Atletismo
 - 4.3.1.3 Futebol
 - 4.3.1.4 Goalball
- 4.4 - Arte e cultura para pessoas com deficiência visual

4.4.1 - Atividades culturais dentro da Urece

4.5 - Minha participação na Urece

5. COMUNICAÇÃO: Um instrumento de transformação

5.1 A importância da comunicação

5.2 A comunicação na ONG Urece

5.2.1 Diálogo com empresas

5.2.2 Diálogo com a mídia

5.2.3 Diálogo com a sociedade

6. RELATÓRIO DE PRODUÇÃO: O vídeo “porque não enxergamos obstáculos”

6.1 Justificativa

6.2 Pré-produção

6.3 Produção

6.4 Finalização

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

As discussões a cerca da questão da deficiência perpassam pelo interesse de diversos campos, com a medicina, a educação física, a sociologia e a psicologia. Contudo, é na comunicação que ela encontra um enfoque diferenciado e ganha destaque neste trabalho. Aqui, a informação será vista como elemento indispensável à construção de uma sociedade inclusiva, pois entende-se que todo preconceito e discriminação têm como pilares de sustentação a ignorância e o desconhecimento. Desta forma, a comunicação se mostra essencial na desmistificação da imagem que se faz sobre a pessoa com deficiência e se apresenta como o lugar onde a quebra de paradigmas excludentes se mostra possível.

O objetivo deste trabalho é suscitar discussões sobre a problemática da inclusão de um segmento que, embora numericamente expressivo, ainda constitui uma minoria marginalizada. Nesta direção, são propostas ações que utilizam o esporte e a cultura como instrumentos capazes de construir a percepção da cidadania e de promover a integração plena do portador de deficiência na sociedade. Além disso, esse estudo tem a finalidade de definir qual é a posição do profissional de comunicação de uma organização sem fins lucrativos, indicando a relevância de seu trabalho na luta por uma sociedade inclusiva e democrática. Nesse sentido, ela deve ser usada como uma ferramenta que, aliada a políticas públicas e ações do terceiro setor, desempenha o importante papel de propagar informações que possibilitem eliminar estigmas e estereótipos socialmente construídos.

Esta pesquisa será apoiada em uma bibliografia que aborda aspectos inerentes à questão: exclusão/inclusão, preconceito, discriminação, estereótipos e estigmas. No entanto, ainda é pouco significativo o número de obras que abordam o assunto pela perspectiva da comunicação. Por esse motivo, optou-se por autores que discutem a relação entre mídia e minorias como um todo. Para suprir a falta de publicações, fez-se necessário entrevistar profissionais envolvidos com esporte, cultura e comunicação em associações que trabalham com deficientes visuais. A internet também forneceu grande base de dados que tornaram possível o conhecimento de projetos e iniciativas relevantes para este estudo. Por fim, vale ressaltar que muitas das reflexões aqui suscitadas são fruto da minha experiência como voluntária no departamento de comunicação da Urece Esporte e Cultura e do convívio diário com pessoas com deficiência visual.

O primeiro capítulo traz uma contextualização. Os portadores de deficiência são apresentados por meio dos resultados do estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, que destrinchou e organizou dados oriundos de múltiplas pesquisas sobre a questão. O que os

números revelam sobre a prática social será aprofundado teoricamente, com base em autores como D'Amaral, Vash e Glat. Serão discutidas as origens dos estigmas e preconceitos, geradores da discriminação e perigosos entraves à construção de uma sociedade inclusiva. Apoiando-se na proposição de teóricos que enxergam na linguagem uma poderosa forma de afirmação ou quebra de paradigmas, será debatido o emprego das terminologias usadas para se referir à pessoa com deficiência.

O segundo capítulo abordará a inclusão social desse segmento, traçado um breve histórico sobre a evolução de tal conceito. Assim, será possível entender a construção da atual condição em que vivem as pessoas com deficiência e como se dão as relações. Como propostas de ações inclusivas, esporte e arte têm se mostrado como importantes ferramentas na superação das desigualdades históricas. Esses dois aspectos serão tratados mais atentamente, sob a ótica de Fröhlich, Giullianotti e Silva. A discussão ganha ainda mais relevância e consistência com o acréscimo de depoimentos dos atletas e artistas com deficiência.

O terceiro capítulo enfocará especificamente os portadores de deficiência visual. Além de uma breve definição, serão abordados aspectos inerentes ao cotidiano desses indivíduos, discutindo de que maneira as barreiras arquitetônicas e informacionais constituem elementos impeditivos ao seu convívio em sociedade. Para entender com maior clareza o panorama da luta do deficiente visual por seus direitos, o trabalho apresenta quatro iniciativas - governamentais e do terceiro setor - que desenvolvem projetos nas áreas de esporte, cultura, educação e acessibilidade, visando a inclusão social das pessoas cegas ou com baixa visão.

O quarto capítulo será um estudo de caso da ONG Urece Esporte e Cultura para Cegos. Nasceu do meu interesse pessoal pela causa dos portadores de deficiência visual e como resultado da experiência adquirida nos dois anos em que estive à frente do departamento de comunicação da associação. Por meio de entrevistas com seus membros, será traçado um histórico que tem a função de situar a ONG no contexto em que ela se insere, destacando a trajetória que levou à sua fundação. Fez-se necessário desenhar um quadro geral da Urece, mostrando seu funcionamento e ideologia, de modo que se possa conhecer melhor as principais características da associação para a qual se pretende criar uma proposta de comunicação.

O quinto capítulo propõe a comunicação como um instrumento indispensável na mudança da maneira como o deficiente visual é visto na sociedade. Será analisada a relação que uma organização sem fins lucrativos que pensa arte e esporte como ferramentas de inclusão e meio de profissionalização da pessoa cega deve estabelecer com empresários,

mídia e sociedade. Com base em teorias de comunicação e marketing, acrescidas de experiências empíricas e relatos obtidos a partir de entrevistas, serão colocados os principais desafios que uma ONG que trabalha com deficientes enfrenta em sua rotina comunicacional. Aqui, a informação responsável será concebida como um elemento essencial à eliminação de preconceitos e à construção de uma sociedade inclusiva.

Como forma de experimentar na prática as reflexões levantadas neste trabalho, produzi o vídeo institucional intitulado "Porque não Enxergamos Obstáculos". Ele nasceu do entendimento de que a falta de conhecimento sobre a questão da deficiência era de tal forma arraigada na mentalidade do empresariado, da mídia e do cidadão comum que, para se fazer ouvir, era necessário utilizar uma linguagem com efeitos mais diretos e impactantes. Assim, constatei que recursos audiovisuais se mostravam imprescindíveis para convencer o público de que pessoas cegas ou com baixa visão podem praticar atividades esportivas e artísticas com habilidade, desenvoltura e profissionalismo. O sexto capítulo será, na verdade, um relatório de produção do vídeo institucional realizados como proposta de comunicação para a ONG Urece Esporte e Cultura. Será descrito seu processo de roteirização, produção, gravação e edição. "Porque não enxergamos obstáculos" traz um novo elemento: a áudio-descrição, uma técnica que permite ao deficiente visual acompanhar um vídeo na íntegra por meio de uma narração complementar.

Esse estudo tem o comprometimento de compartilhar experiências adquiridas no trabalho e convívio com pessoas com deficiência. Acredito que apenas a convivência com a diferença pode levar a um entendimento do outro e aceitação da diversidade. Torcendo por uma medalha ou se emocionando com uma canção fica fácil entender que deficiente é uma sociedade que não acolhe todos da mesma forma. Para reverter esse placar social ainda tão desfavorável aos portadores de deficiência, faz-se necessário fomentar debates, atribuindo à comunicação a responsabilidade de difundir conhecimentos e fazer circular informações que extingam os preconceitos e construa as bases para uma inclusão social plena.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. Os números da deficiência no Brasil

Em 2003, uma parceria da Fundação Banco do Brasil e da Fundação Getúlio Vargas deu origem a um documento intitulado “Retratos da Deficiência no Brasil”. Desenvolvida pelo Centro de Políticas Sociais (CPS) do IBRE/FGV, a pesquisa se propôs a mapear o universo das pessoas com deficiência, identificando o perfil sócio-econômico-demográfico deste segmento. A partir de dados levantados por diversos órgãos como IBGE, o estudo teve como objetivo traçar um diagnóstico que servisse de suporte às políticas e ações do setor público, privado e da sociedade civil. (NERY, 2003)

Com base em informações do Censo 2000, realizado pelo IBGE, a pesquisa lida com um universo de 24,5 milhões de pessoas portadoras de deficiência, o que corresponde a 14,6% da população brasileira. Esse número bastante expressivo revela um panorama até então desconhecido, uma vez que os estudos anteriores apontavam um contingente inferior a 2%. Essa disparidade ocorre devido a uma mudança conceitual na coleta das informações, pois o Censo 2000 se baseou em uma definição mais ampla do termo deficiência. Seguindo os critérios recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o levantamento englobou, pela primeira vez, pessoas que possuem alguma ou grande limitação funcional, além dos indivíduos com “percepção de incapacidade”¹.

A partir de dados do IBGE, “Retratos da Deficiência” traçou um panorama do nível escolar desse segmento. Constatou-se que a escolaridade média das pessoas com deficiência é um ano menor que a do grupo de indivíduos não deficientes. As taxas daqueles que nunca freqüentaram escola são de 16,3% para a população em geral, 21,6% entre pessoas que possuem alguma deficiência e de 33,7% entre pessoas com percepção de incapacidade. O estudo apontou também que quase um terço da população brasileira sem instrução ou com menos de três anos de estudo possui algum grau de deficiência.

Não é difícil prever que os números de um sistema escolar excludente se refletem no mercado de trabalho. A percentagem de ocupação entre indivíduos sem deficiência é de 63% para homens e 37,2% para mulheres. Entre portadores de deficiência, essas taxas caem para 51,8% da população masculina e 27,3% da feminina. Os dados sobre os inativos ratificam a

¹ O termo usado na pesquisa “Retratos da Deficiência no Brasil” é justificado em “o motivo pelo qual usamos o termo pessoas com percepção de incapacidade é que o próprio entrevistado explicita a sua incapacidade de enxergar, ouvir, caminhar, etc. Portanto, não se trata de agentes externos classificando pessoas como incapazes, mas de fazer referência à própria análise das pessoas sobre o tipo e grau percebido de deficiência”.

desvantagem: 52% entre pessoas com deficiência e apenas 32% entre pessoas sem deficiência. Observa-se ainda que a renda advinda do trabalho é consideravelmente menor entre os deficientes. A média salarial deste segmento é de R\$ 529,00 contra R\$ 643,00 na população em geral. A pesquisa da FVG também fez uma análise sobre o sistema de reserva de vagas para portadores de deficiência nas empresas. Segundo este documento, a Lei de Cotas, vigente desde 1999, é “o principal instrumento disponível às pessoas com deficiência para barganhar um lugar no mercado de trabalho formal” (2003, p.05). No entanto, a maior parte das empresas – principalmente as de grande porte – ignora a legislação. De acordo com o estudo, o cumprimento dos termos fixados em lei resultaria na criação de 518.012 novas vagas reservadas a deficientes, praticamente dobrando o número atual.

Os números revelam uma clara ineficiência na elaboração e execução de políticas públicas em âmbito educacional e mercadológico e fazem um alerta para uma problemática conseqüente: a exclusão social da pessoa com deficiência. Um indivíduo que encontra dificuldades de se inserir em ambientes de socialização como a escola e o trabalho é, sem dúvida, um elemento excluído de múltiplas esferas da mediação social, impedido de estabelecer “contratos e contatos com o mundo”. (PAIVA, 2005, p.15)

1.2. Preconceito e Discriminação

Sabe-se que todo e qualquer grupo social atua no sentido da coesão, da simetria e da estabilidade. Por isso, são criadas regras sociais que determinam quais condutas são consideradas aceitáveis à vida em comunidade. Segundo Glat (1995) aqueles que, por características físicas ou comportamentais, não se adequam ou infringem tais normas não são reconhecidos como membros efetivos do corpo social. "O deficiente viola a própria forma física do que é um ser humano. Ele contraria a representação ou imagem corporal do homem". (1995, p. 23) Assim, se tornam indivíduos estigmatizados e, conseqüentemente, marginalizados.

O paradigma construído através do diferente pode certamente contribuir para a compreensão do estigma, porque discriminar é não apenas enxergar a diferença como também renegar o desigual. “As barreiras impostas pela sociedade através da estratificação acentuada e do afastamento das diferenças completam o isolamento da questão da deficiência, que por isso mesmo não circula nem como informação nem como problema social”. (D’AMARAL, 1992, p.16) Vash (1988) identifica três explicações sobre a desvalorização e o isolamento que a sociedade impõe ao portador de deficiência. A primeira considera o preconceito

biologicamente determinado, defendendo que o ser humano instintivamente rejeita os organismos danificados.

Na segunda, a desvalorização se dá no plano psicossocial e se instala na dinâmica das relações interpessoais. Nesse processo, a diferença é pouco tolerada e o diferente é rejeitado. A terceira explicação é a político-econômica, em que a deficiência é vista como um ônus para o sistema social. Em comum, as três teorias identificam a intolerância à diversidade como base do preconceito.

A desinformação sobre grupos minoritários como os portadores de deficiência, apenas contribui para que estas idéias concebidas de forma deturpada evoluam para a discriminação. Para D’Amaral, “é possível que a inconsciência sobre a questão da deficiência seja a forma encontrada para manter a distância necessária à não-convivência com a diferença”. (1992, p.16) De modo a romper esse ciclo, é importante enxergar a deficiência apenas como uma característica, que não traduz a pessoa do ponto de vista de sua humanidade e do seu direito de estar inserida em todas as esferas da vida social.

No entanto, a incapacidade motora, mental ou sensorial está de tal forma atrelada a dificuldade de socialização que a própria Organização das Nações Unidas (ONU) define o deficiente como “qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não.”²

É também nas definições e nomenclaturas que podemos perceber sintomas da exclusão e da discriminação. Para D’Amaral, “a construção do conceito de deficiência tem sido acompanhada por uma modificação constante de sua representatividade através de uma série de palavras, exemplificando com clareza que a linguagem é local de representação das interpretações da sociedade”. (1992, p.08)

1.3. Terminologia

A oposição explicitada no binômio deficiência/eficiência revela já em primeira instância uma valoração negativa atribuída ao termo deficiente, uma vez que o prefixo “de” desempenha na língua portuguesa o sentido da negação, da falta de algo. Desta forma, a própria semântica da palavra atribui uma característica ao grupo social: os deficientes seriam, portanto, os não-eficientes. Assim, torna-se previsível que o conceito de deficiência venha

² Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, artigo I, de 9/12/1975.

arraigado a discriminações e distorções. Para D’Amaral, essa concepção eivada de preconceitos define a identidade deste segmento fazendo uma “redução do homem e da vida a uma equação de valores [...] e resultados”. (1992, p.06)

Outro ponto que merece destaque é a imprecisão terminológica que permeia a questão da deficiência. Nos últimos anos, travou-se uma longa discussão a respeito de qual seria o termo adequado para se referir a este segmento: “portador de deficiência”, “pessoa com necessidades especiais”, “portador de necessidades especiais”, “deficientes” e, finalmente, “pessoa com deficiência”. Para Vivarta, “a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos temas tradicionalmente derivados de preconceitos, estigmas e estereótipos”. Para o autor, o problema decorrente do uso de termos incorretos reside no fato de conceitos obsoletos, idéias equivocadas e informações inexatas serem inadvertidamente reforçados e perpetuados. (2003, p.39)

Na legislação brasileira verificamos que é utilizada a expressão “portador de deficiência”. Entretanto, tem-se rejeitado a palavra “portador”, alegando que é por demais penoso atrelar ao comprometimento a condição de portá-lo. Foi a partir desta insatisfação que surgiu o termo “pessoa com necessidade especial”. Entretanto, levando-se em consideração que todas as necessidades de todos os indivíduos são de alguma forma especiais, essa expressão provocava uma diferenciação discriminatória e foi amplamente recusada. Já a palavra “deficiente” se tornou reducionista estigmatizante, pois toma a parte pelo todo e sugere que a pessoa inteira é deficiente, incapaz. Desta forma, chegou-se à conclusão de que o mais conveniente seria utilizar a expressão “pessoa com deficiência”, já que ela permite um distanciamento entre a pessoa propriamente dita e sua condição de dificuldade.

Entretanto, neste trabalho, mais importante que discutir qual é a terminologia mais adequada é refletir sobre a problemática incutida nas mudanças freqüentes. Para Oliveira, “a imprecisão conceitual relativa à questão da deficiência demonstra o pouco interesse da sociedade, ao longo dos séculos, em compreendê-la e aceitá-la”. (2002, p.80). Segundo o autor, há em grande parte da sociedade total desinformação e desinteresse quanto ao que venha a ser propriamente uma pessoa com deficiência. Para D’Amaral é importante se perguntar “por que essa designação vem encontrando uma inovação de palavras que em nada corresponde a uma mudança no conceito, mas que, ao contrário, afirma a permanência de suas definições básicas”. Ela denuncia que “essa constante reformulação representa uma insatisfação permanente com o conteúdo do conceito deficiência”. (1992, p.05) Ou seja, a busca por novas terminologias nada mais é que o reflexo da recusa da sociedade em aceitar o outro, o diferente.

Fica claro, portanto, que a falta de esclarecimento a respeito da definição do termo é ao mesmo tempo causa e efeito do estigma da exclusão. D’Amaral afirma que “enquanto houver uma incapacidade social de aceitar o diferente, as denominações continuarão sendo modificadas, resultado da tarefa de designar um conceito virtualmente discriminatório, um preconceito”. (1992, p.06)

Posto que a escolha entre as expressões “deficiente”, “portador de deficiência” e “pessoa com deficiência” não é de forma alguma o cerne da questão do preconceito e da discriminação, este trabalho utilizará os três termos como sinônimos, a fim de dar mais dinamismo ao texto e tornar a leitura menos repetitiva.

2. INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Se pensarmos o homem como um ser social que existe e atua no mundo baseado em um sistema de valores que é determinado pelas relações de produção vigentes, a segregação do portador de deficiência pode ser entendida como resultado da sua não-produtividade. A partir dessa perspectiva, é possível constatar que o deficiente é marginalizado e reduzido à categoria de cidadão de segunda classe por não contribuir economicamente com o sistema.

Nesse sentido, Oliveira afirma que a sociedade está propensa a valorizar a eficiência de forma extremada, não apenas no campo profissional, mas em todos os setores da vida. Para o autor, essa característica ajuda a entender a não-aceitação da pessoa portadora de deficiência, pois a sociedade rejeita aquilo que parece contrário ao ideal de eficiência. (OLIVEIRA, 2002, p.97). D'Amaral reforça esse conceito.

A sociedade moderna vem optando seguidamente pela concepção do sentido de sua existência através da produção, da produtividade, da máquina, do rendimento, da maximização, da otimização, da eficiência.[...] A identidade que se quer universal é a da eficiência, o diferente da eficiência é a deficiência. (D'AMARAL, 1992, p.06)

É evidente que não se trata de atribuir a exclusão apenas ao aspecto econômico da questão, mas de buscar na sociedade características que apontem para a não aceitação do outro, do diferente. Não há dúvidas de que uma proposta de integração implica, antes de mais nada, a transformação de relações sociais estabelecidas e sedimentadas por toda a história da humanidade.

2.1. Um pouco de história

A história da luta pela inserção das pessoas portadoras de deficiência na sociedade apresenta quatro momentos distintos: eliminação sumária, segregação institucional, integração e inclusão. Durante muitos séculos, predominou amplamente a idéia de que a pessoa com deficiência era um inútil, um incapaz, um peso na sociedade. Isso porque não podiam desempenhar funções vitais para a sobrevivência da tribo, como caçar ou ir para a guerra. Dessa forma, quando não eram mortos ao nascimento, viviam à margem da sociedade. Na melhor das hipóteses, eram destinados ao exercício de atividades religiosas.

A partir do século XIX, no entanto, os governos dão início ao período de segregação institucional, que pregava o confinamento dos deficientes em manicômios ou instituições

fechadas. Nesses locais, a pessoa permanecia internada durante toda a sua vida, alijada do convívio social.

A fase da integração nasce quando a sociedade passa a tomar consciência da existência de pessoas com deficiência. Embora esteja um passo à frente da segregação total e irrestrita, a concepção de integração vigente nesta época carregava em si um princípio excludente. O deficiente já teria o direito de conviver em sociedade, freqüentando escolas e os locais de trabalho. No entanto, essa inserção era encarada como uma concessão do sistema. Do indivíduo com deficiência deveriam partir todos os esforços para superar as desigualdades, de modo que apenas os mais aptos ou com menores dificuldades obtinham êxito. Neste período, integrar significava defender "os direitos humanos de quase todos os humanos". (VIVARTA, 2003, p. 21) Símbolos desse processo eram as turmas só para deficientes dentro das escolas convencionais ou postos de trabalho exclusivamente para deficientes dentro das instituições especializadas, o que privava o indivíduo da dinâmica social.

"Embora tivesse seus méritos, o paradigma da integração não resistiu às mudanças sociais ocorridas no mundo a partir da década de 80, passando a evidenciar cada vez mais os seus pontos vulneráveis", como o fato de o aspecto segregacionista estar presente na proposta conceitual de escolas especiais e oficinas profissionais fechadas. (VIVARTA, 2003, p. 23) O embrião da sociedade inclusiva foi lançado pela ONU, quando declarou 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência. Diferentes países, com distintas realidades e culturas, discutiram os direitos das pessoas portadoras de deficiência. A partir de então, incluir passou a ser encarado como um conceito político, que se estende a todas as minorias, abrangendo também os cidadãos com deficiência. Essa nova concepção implica uma ruptura nos sistemas, uma vez que a sociedade tem a missão de se adaptar física e ideologicamente, de modo a estar apta a receber pessoas com deficiência.

Uma sociedade que se pretende inclusiva deve estar preparada em seis diferentes formas de acessibilidade: arquitetônica (edifícios e demais equipamentos urbanos), comunicacional (desde o contato interpessoal até os veículos de mídia), metodológica (métodos escolar, profissional, social, cultural e artístico), instrumental (instrumentos ou ferramentas para uso escolar, profissional, comunitário, turístico ou esportivo), programática (barreiras invisíveis em políticas públicas, leis, decretos, etc) e atitudinal (preconceitos, paradigmas e estereótipos). Contemplá-las significa acolher toda a pluralidade de ser e de existir presentes na espécie humana.

2.2. Ações em prol da inclusão

Para modificar o quadro de exclusão social da pessoa com deficiência faz-se imprescindível desenvolver políticas públicas que garantam o acesso ao mercado de trabalho e à escola inclusiva. Também é fundamental assegurar a liberdade de trânsito pelos espaços da cidade, de modo a derrubar barreiras físicas que reforçam a segregação de portadores de deficiência.

Não há dúvidas de que a educação, a profissionalização e a acessibilidade são pré-requisitos para a integração social do deficiente, entretanto não se deve reduzir a questão a um problema exclusivamente de políticas públicas. As medidas em prol da inclusão não podem ser pensadas como um conjunto de leis que favorecem o deficiente como uma maneira paternalista de compensar as injustiças do acaso. Tampouco como um mecanismo de inserção funcional, que oferece vagas em escolas e empresas, mas que mantém a não aceitação e preconceito em relação ao portador de deficiência.

As ações a favor da inclusão devem ser vistas como medidas político-sociais destinadas a permitir que as cidades e as instituições acolham de forma democrática todos os indivíduos da comunidade. É importante compreender a acessibilidade (tanto aos espaços quanto às esferas sociais) como uma grande possibilidade de convívio entre as diferenças, o que beneficia toda a sociedade e proporciona uma melhor qualidade de vida aos seus cidadãos. Nesse sentido, entende-se que a verdadeira inclusão do deficiente passa pelo aspecto psicossocial da questão e encontra na convivência um instrumento de aceitação do outro. Pois, está claro que “marginalizar e discriminar é aceitar a diferença como diferença e rejeitá-la como igualdade” (D’AMARAL, 1992, p.16)

2.2.1. Inclusão pelo esporte

O fenômeno esportivo tem sido largamente estudado pelas áreas da antropologia, da sociologia e da educação. Neste contexto, ganham destaques algumas das características inerentes ao esporte, como sua capacidade de agregação, participação e integração social. Vargas explica que o caráter agregador diz respeito à facilidade de reunir pessoas em prol de um objetivo comum. A participação se relaciona ao sentimento de “fazer parte de um todo”, adotando uma postura ativa individual para o crescimento do coletivo. A integração, por sua vez, está atrelada à capacidade de colocar as pessoas em pé de igualdade dentro de regras estabelecidas pelo grupo, sejam elas oficiais ou não.

Outro aspecto inclusivo da prática esportiva são os jogos de equipe. Segundo Friedberg “o jogo constitui a figura fundamental da cooperação humana, a única que permite conciliar a idéia de conflito, de concorrência e de cooperação, a única, também, a acentuar o caráter coletivo e o substrato relacional da construção da cooperação”. (apud FRÖHLICH, 2006, p. 98)

Essas características justificam o crescente interesse em desenvolver políticas sociais nessa linha de ação. Deste modo, o esporte se afirma como um instrumento de extrema importância na busca pela integração social de segmentos excluídos e marginalizados. Para Giulianotti (2002), ele tem o poder de intensificar os vínculos culturais e de promover a inclusão de diferentes indivíduos dentro das sociedades modernas. Silva (2001) destaca que o que projeta a importância do esporte nos campos cultural, político, social e econômico é seu potencial como instrumento de socialização, educação e meio de mobilização de grupos populacionais.

Nessa perspectiva, o esporte também se mostra uma poderosa ferramenta de inclusão social de pessoas com deficiência. Por meio do paradesporto, é possível repensar a definição de deficiência como “a perda ou limitação de oportunidades de participar da vida comunitária em condições de igualdade com as demais pessoas”³ e propor modificações na relação estabelecida entre deficientes e sociedade. Isso porque “o esporte cumpre os nobres objetivos de detectar e desenvolver os potenciais das pessoas com deficiência e proporcionar a elas oportunidades para que sejam reconhecidas como capazes de participar da vida em comunidade”. (CONDE, 2005, p. 26)

Ainda segundo o autor, o esporte é eficaz na realização deste papel nas suas mais diversas manifestações. Seja, inicialmente, exercendo uma função terapêutica, com base na atuação da esportoterapia, seja no esporte como forma de reabilitação ou no esporte competitivo, de alto rendimento. Independentemente da sua aplicação, fica claro que oportunizar a prática esportiva para portadores de deficiência significa romper muitos paradigmas: da incapacidade pela capacidade, da baixa estima pela alta auto-estima, da exclusão pela inclusão. (CONDE, 2005)

Além disso, o paradesporto traz benefícios significativos para a vida cotidiana do deficiente, pois desenvolve sua capacidade de locomoção, estimula sua motricidade e acentua a percepção dos outros sentidos que não o comprometido pela deficiência. Essas habilidades são essenciais para que o indivíduo sinta confiança e independência para realizar suas

³ Definição da Assembléia Geral da ONU, com base na Resolução número 48, de 1996.

atividades diárias e, assim, possa fazer parte da dinâmica social. Vale destacar também que a prática esportiva ensina alguns valores fundamentais para a formação do caráter do ser humano, tais como o sentido da perseverança, da disciplina, do respeito, da união, da colaboração, da vitória, da derrota, entre outros.

Para o campeão paraolímpico Luiz Cláudio Pereira, o esporte tem uma função ainda mais significativa: “o paradesporto é um instrumento de luta, de afirmação do portador de deficiência. As conquistas no esporte são o ponto de partida para alcances maiores: a aceitação, a educação, a profissionalização, a legislação, a inclusão, o ser cidadão”.⁴

O ganhador de seis medalhas de ouros em paraolimpíadas e atual coordenador de esportes do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD) tocou em um ponto que merece destaque: a cidadania. Interessa aqui a concepção de Arendt, que a considera como o direito humano que dá origem aos direitos civil, político e social. Assim, a autora define cidadania como “o direito a ter direitos”, uma qualidade inerente ao ser humano, mas que precisa ser conquistada. (1995, p. 39)

O portador de deficiência que se percebe integrado à sociedade, participativo da vida comunitária e valorizado por seu trabalho desenvolve sentimento de pertencimento e adquire cultura cívica.

Ao se considerar alguns aspectos do esporte, como o caráter coletivo, participativo, relacional, de pertencimento grupal, cooperativo e integrativo pode-se encontrar uma íntima relação com aspectos relacionados a uma perspectiva de cidadania humanista, em que a cultura e o grupo integrado é que conferem identidade ao indivíduo, processo construído em contextos culturais compartilhados em sociedade, com ênfase na solidariedade social. (FRÖHLICH, 2006, p. 98)

Entende-se, portanto, que a capacidade do fenômeno esportivo de agregar e integrar grupos, de chamar à participação ativa, de criar o sentimento de pertencimento e de desenvolver cooperação, confiança, auto-estima e independência fazem dele um instrumento potencialmente capaz de auxiliar no desenvolvimento da percepção de cidadania e no processo de inclusão social do portador de deficiência.

2.2.2 Pela arte

Segundo a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, proclamada pela ONU, em 1975:

Os Estados devem velar para que as pessoas portadoras de deficiência se integrem socialmente e possam participar de atividades culturais em condições de igualdade. Os

⁴ Entrevista concedida à autora em 04/12/2007, no Instituto Brasileiro dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Estados velarão para que as pessoas portadoras de deficiência tenham a chance de utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não apenas para seu próprio benefício, mas também para enriquecer sua comunidade. (...) São exemplos de tais atividades a dança, a música, a literatura, o teatro e as artes plásticas. (apud Oliveira, 2002, p.79-80)

Este trecho deixa claro que o valor da arte para uma pessoa com deficiência é reconhecido legalmente pela comunidade internacional, mas, principalmente, explicita a intrínseca relação entre a prática de atividades culturais e a possibilidade de inclusão social. Se nos voltarmos à história, encontraremos um vasto leque de artistas que fogem dos padrões convencionalmente aceitos. Há grandes ícones da arte universal que poderiam se enquadrar facilmente em estereótipos e estigmas excludentes como loucos, negros, homossexuais ou deficientes e, no entanto, são renomados e admirados. Nesta perspectiva, pode-se considerar a arte como uma das forças precursoras na concepção de sociedade inclusiva, pois ela tem o poder de aproximar as pessoas pela identificação subjetiva entre artista, público e obra. Moira Braga acredita que

a arte é um elemento da alma e minha alma não é deficiente. Não existe limitações para a arte. Sou deficiente visual, mas assim como os videntes, posso aprender a tocar um instrumento, posso interpretar, posso dançar, escrever, esculpir, pintar e até fotografar como faz o esloveno Evgen Bavcar. [...] para mim, a deficiência mais difícil de ser superada é a falta de sensibilidade.

Nesse sentido, a arte se constitui em um poderoso instrumento humanista de expressão das diferenças e um espaço privilegiado de conhecimento e reconhecimento do outro. O exercício do sensível é capaz de produzir a aceitação das diferenças e a eliminação de preconceitos. Seja na música, no teatro, na dança, na pintura ou na escultura, o que chega primeiro ao espectador são as emoções e as mensagens transmitidas, e não o fato de o artista não ter uma perna ou não enxergar.

Sabe-se que a prática de atividades culturais deve ser encarada como uma necessidade de qualquer ser humano. Ela é uma forma de expressão e comunicação universal, um lugar de formação da consciência sobre o mundo que nos cerca e um eficiente meio de realização pessoal. Se considerarmos que os indivíduos com deficiência são, na maioria das vezes, inferiorizados e marginalizados pela sociedade, essas funções ganham ainda mais importância. Para a cantora e compositora Sara Bentes, “a arte te dá chance de se expressar, de ter voz ativa, de falar e ser ouvida.[...] A música, a dança e o teatro te chamam à participação, te posicionam no mundo como um ser atuante e produtivo”.⁵

⁵ Entrevista concedida à autora no dia 12/10/2007

Além de ser uma forma de comunicação e participação, a arte é também um meio pelo qual a pessoa com deficiência pode se auto-conhecer e conhecer o mundo. Em atividades como a dança e o teatro, as potencialidades do corpo são exploradas e o deficiente acaba desenvolvendo maior consciência sobre seus movimentos. Isso é fundamental para que ele trabalhe sua capacidade motora, seu equilíbrio e sua postura, que muitas vezes não são bloqueados pela deficiência e sim prejudicados pela falta de estímulos. A prática artística também permite que os demais sentidos se aperfeiçoem para suprir aquele que está ausente. Como consequência deste processo de aprendizagem, o portador de deficiência se torna mais seguro de suas possibilidades, mais confiante para se relacionar com o outro e com os espaços da cidade.

Outro aspecto que merece destaque é a coletividade, tão própria de algumas atividades artísticas. Fazer parte de um grupo de dança, teatro ou música desperta no artista um sentimento de pertencimento, de parte integrante e essencial para o funcionamento do todo. Essa característica é responsável por criar valores indispensáveis à construção da cidadania e inclusão plena da pessoa com deficiência na sociedade. Carolyn Seubert, diretora de arte e educação do Very Special Arts International, entidade que atua em 86 países, resume com precisão os benefícios trazidos pela prática artística.

Quando interagimos com o mundo ao redor, conseguimos nos auto-definir, encontramos nosso lugar na comunidade e nos desenvolvemos como indivíduos. As artes são um veículo para essa jornada de exploração e introspecção. Através da arte, também somos capazes de interpretar e comunicar nossas experiências. Aumentamos nossa auto-estima e a apreciação de nossa própria cultura, bem como da ampla diversidade de outras culturas. Não apenas descobrimos quem somos, mas também compreendemos o valor de nossa perspectiva única e a importância de nossa contribuição.⁶

É inegável, portanto, que a prática de atividades culturais pode e deve ser empregada como ferramenta na busca por uma verdadeira integração do indivíduo com deficiência na sociedade. Porém, é preciso garantir que essa expressão artística não termine confinada ao território segregado de uma “arte de pessoas com deficiência”. Se estamos falando de artistas, devemos considerar o universalismo intrínseco a esta forma de comunicação, em que o valor da obra é capaz de sobrepujar estigmas e dissipar a discriminação.

⁶ Trecho do discurso apresentado no I Congresso Internacional “Arte Sem Barreiras”, realizado na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. Disponível em <<http://sentidos.uol.com.br>> acessado em 02/11/2007.

3. DEFICIÊNCIA VISUAL

3.1. Um panorama

De acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE, dos 24,5 milhões de brasileiros que possuem pelo menos algum nível de incapacidade, 8,3% apresentam deficiência mental, 4,1% deficiência física, 16,7% deficiência auditiva, 22,9% deficiência motora e 48,1% deficiência visual. São ao todo 16,5 milhões de pessoas com algum grau de perda visual, entre as quais 159.824 se declaram totalmente incapazes de enxergar. (IBGE apud ACESSIBILIDADE, 2005, p.12)

Defini-se como deficiente visual a pessoa que apresenta, em caráter permanente, perda ou redução da função sensorial relativa à visão, gerando incapacidade de realizar certas atividades dentro do padrão considerado normal.

Para a determinação da capacidade de enxergar de um indivíduo, convencionou-se adotar duas escalas oftalmológicas: a acuidade visual, aquilo que se enxerga a determinada distância e o campo visual, a amplitude da área alcançada pela visão.

Inicialmente, é preciso fazer a distinção entre os conceitos de cegueira e visão subnormal ou baixa visão. Diferentemente do que se poderia supor, o termo cegueira não é absoluto, pois reúne indivíduos com vários graus de visão residual. “Ela não significa, necessariamente, total incapacidade para ver, mas, um prejuízo dessa aptidão a níveis incapacitantes para o exercício de tarefas rotineiras”.⁷ Estão incluídas neste grupo aquelas pessoas que enxergam vultos ou os que possuem capacidade de perceber a luz. A cegueira total pressupõe completa perda de visão, sem qualquer resíduo ou percepção luminosa. Já a visão subnormal é delimitada por uma acuidade visual de 6/60 a 18/60(escala métrica), isso quer dizer que, um objeto que uma pessoa com visão normal enxerga a 60 metros, o indivíduo com visão subnormal só consegue ver se estiver a uma distância de 6 a 18 metros. Além disso, seu campo visual é limitado a uma angulação entre 20° e 50°.

Os diversos níveis de prejuízo visual interferem de forma diferenciada no desempenho de cada indivíduo. Por esse motivo, fez-se necessário criar maneiras de se classificar o grau de comprometimento da capacidade visual sob os aspectos legais, médicos, educacionais e esportivos, de modo a desenvolver ações e programas específicos nessas áreas. O objetivo das formas de classificação é elaborar atividades baseadas nas características individuais, visando

⁷ CONDE, Antônio João Menescal. Definindo a cegueira e visão subnormal. Disponível em <<http://www.ibc.gov.br>> acessado em 13/10/2007.

alcançar melhores resultados. Para não fugir do escopo deste trabalho, me restrinjo a explicar os critérios definidos pelas áreas da educação e do esporte.

Pedagogicamente, delimita-se como cego aquele que necessita de instrução em Braille (sistema de escrita por pontos em relevo) e como portador de visão subnormal aquele que lê tipos impressos ampliados ou com o auxílio de potentes recursos ópticos. (GAVIÃO, 2006)

A classificação esportiva é utilizada nas competições entre deficientes visuais. A International Blind Sport Federation (IBSA), entidade que rege o esporte praticado por atletas cegos e de baixa visão em âmbito mundial, considera três categorias distintas. Elas estão especificadas da seguinte forma:

B1⁸: Atletas que apresentam ausência total da percepção da luz em ambos os olhos, ou alguma percepção da luz, mas com incapacidade para reconhecer a forma de uma mão em qualquer distância ou sentido. B2: Atletas com habilidade de reconhecer a forma de uma mão até uma acuidade visual de 2/60 metros e/ou um campo visual inferior a 5 graus de amplitude. B3: Atletas com acuidade visual superior a 2/60 metros até 6/60 metros e/ou um campo visual de mais de 5° e menos de 20° de amplitude.⁹

Vale observar que as classificações devem ser efetuadas medindo o melhor olho e utilizando a correção mais elevada possível. Isto significa que todos os atletas que usam lentes de contato ou que possuem próteses de vidro devem corrigir normalmente durante a avaliação.

A classificação visual é um fator fundamental para a consolidação do esporte entre pessoas com deficiência, pois confere credibilidade às competições. Para os atletas, fica a certeza de competir em igualdade de condições com os adversários; público e mídia consideram mais atrativas as disputas em que todos os participantes têm as mesmas possibilidades.

3.2. Dificuldades e Desafios

Segundo Cabral (2003) afirma que cerca de 80% das informações disponíveis no mundo hoje são visuais. A visão é considerada o sentido mais utilizado pelo homem contemporâneo.

Nesse contexto torna-se evidente que um indivíduo com deficiência visual encontra problemas para viver em um mundo que não foi concebido para ele. Na vida cotidiana, os obstáculos vão desde barreiras arquitetônicas até o acesso à informação.

⁸ A letra "B" refere-se ao termo em inglês *blind* (cego).

⁹ De acordo International Blind Sport Federation. Disponível em <<http://www.ibsa.es>> Acessado em 31/12/2007

A dificuldade de se locomover nas ruas de uma cidade potencializa a insegurança da família e do próprio portador de deficiência. Soma-se a isso o medo de ser discriminado e excluído de um espaço que nitidamente não está preparado para acolher todos os seus usuários em potencial. Por esse motivo, muitos pais de crianças com deficiência proíbem que elas saiam de casa, impedindo formas primárias de socialização. Essa privação pode formar um indivíduo incapaz de se locomover sozinho, desprovido de consciência motora e inábil para se relacionar com o outro.

Outro assunto que está no centro da questão da exclusão da pessoa com deficiência visual é a dificuldade de acesso à informação. No primeiro encontro mundial sobre o tema¹⁰, em 2003, os governos expressaram seu compromisso de construir uma sociedade da informação inclusiva, onde todos possam criar, apreender e compartilhar conhecimento. Não há dúvidas de que a tecnologia, quando acessível a todos, possibilita a eliminação de barreiras sociais geradas pelo preconceito, pela falta de infra-estrutura e pelos formatos inacessíveis.

O mais antigo meio de acesso da pessoa com deficiência visual à informação é o sistema braile, desenvolvido pelo francês Louis Braille, na segunda década do século XIX. Ele conheceu uma forma de comunicação silenciosa e em relevo utilizada por militares durante exercícios de simulação de combate que permitia a passagem de informações e mantinha a segurança e integridade física dos soldados. Valendo-se desta experiência, criou o sistema que é composto por sessenta e três caracteres formados a partir de combinações entre seis pontos em alto-relevo inseridos em uma cela retangular com duas colunas paralelas e três linhas. Estes caracteres formam todo o alfabeto, sinais e números necessários para que o deficiente visual possa ler e escrever, participando da produção e do consumo cultural através do registro gráfico da língua.

No entanto, a escrita em braile apresenta um custo de produção bastante elevado, que vai desde a compra da impressora especializada até o uso do papel com gramaturas mais altas. Além disso, um livro em braile terá aproximadamente três vezes o número de páginas da mesma edição em tinta. Este aumento considerável de volume é uma questão extremamente relevante quando pensamos em armazenamento de grandes acervos e no próprio transporte e manuseio por parte do usuário.

Uma prova de que a tecnologia pode e deve ser usada a favor da inclusão é o sistema de voz sintetizada, um programa desenvolvido para que a pessoa com deficiência visual consiga utilizar o computador para a produção de texto e a navegação na Internet. No Brasil,

¹⁰ Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação realizado em Genebra, em 15/12/2003.

um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, liderado por Antônio Borges, desenvolveu o Dosvox, um software de excelência que pode ser baixado gratuitamente no *site* do projeto.¹¹

Entretanto, não podemos esquecer que o acesso a computadores e à Internet ainda não é uma realidade entre a população mais pobre, segmento em que, segundo o IBGE, se insere a maioria das pessoas com deficiência. Mesmo assim, é inegável o valor de recursos eletrônicos para garantir sua maior liberdade de comunicação, acesso amplo à informação disponível na *web*, privacidade e independência. Além disso, deve-se ressaltar que a autonomia no uso do computador permite que o deficiente visual se insira em muitos ramos do mercado de trabalho que exigem essa capacitação.

O despreparo das cidades e a dificuldade de acesso à informação limitam de tal forma a ação de pessoas com deficiência visual, que aos olhos da sociedade ele parece muito mais diferente que igual. A deficiência é, na verdade, a falta de condições da sociedade em acolher as diversidades. Pois, “ninguém é deficiente pelas qualidades que possui ou deixa de possuir. Uma pessoa só pode ser considerada deficiente perante uma audiência que a considera, segundo seus critérios, como deficiente”. (OMOTE, 1994 apud GLAT, 1995, p. 34)

Nesse sentido, embora pareça óbvio, é preciso destacar que, na grande maioria dos casos, a única limitação do deficiente visual é não enxergar. Se um indivíduo apresenta dificuldades motoras e de socialização isso se deve à ausência de estímulos recebidos ao longo de sua vida. Da mesma forma, os demais sentidos do deficiente visual não são naturalmente mais aguçados. São necessários estímulos para que a audição e o tato se desenvolvam e possam compensar a falta da visão. Desse modo, uma criança cega que não é estimulada pela família ou pela escola será um jovem inseguro, com baixa auto-estima, dependente e apático. Ou seja, um indivíduo completamente afastado da vida em sociedade.

Para reverter esse quadro, surgem iniciativas voltadas ao desenvolvimento do portador de deficiência visual. São instituições do governo e da sociedade civil, que utilizam o esporte ou a cultura como ferramentas na busca pela inclusão e cidadania da pessoa cega e com baixa visão.

3.3. Instituições

¹¹ Projeto Dosvox <<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox>> Acessado em: 15/11/2007

Com o objetivo de se aprofundar na questão da deficiência, faz-se necessário traçar um panorama das principais iniciativas do governo e do terceiro setor que desenvolvem ações significativas nessa área. Para os fins deste trabalho, merecem destaque as instituições que acreditam no esporte e/ou na cultura como meio de promover a inclusão do deficiente na sociedade.

Na década de oitenta, aconteceram mudanças significativas no contexto da luta pelos direitos dos deficientes em diversos países do mundo. O Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência (1981) representou um marco histórico no que tange a busca pelo reconhecimento da cidadania e pela participação social do deficiente. No Brasil, pôde-se notar uma mudança significativa na estratégia de ação deste segmento. Segundo Luís Cláudio Pereira, coordenador de esporte do IBDD e dono de nove medalhas parolímpicas, "até 1981 o que existiam eram instituições para pessoas com deficiência. Depois deste ano, começam a surgir associações criadas pelos próprios deficientes, que se conscientizaram de que eles mesmos tinham que lutar por seus direitos".¹²

Para entender melhor este cenário, cabe desenvolver um breve histórico de algumas entidades e associações com forte atuação neste setor.

3.3.1. Instituto Benjamin Constant (IBC)

O Instituto Benjamin Constant é a mais antiga instituição de ensino para deficientes visuais da América Latina. Foi fundado por D. Pedro II (decreto imperial no. 1.428, de 12 de setembro de 1854), com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Foi consequência do esforço de José Álvares de Azevedo, jovem cego de família abastada que por oito anos estudou em Paris, onde teve contato com o sistema braile. De volta ao Brasil, ele começou a trabalhar por seu grande objetivo: criar uma escola especializada para deficientes visuais. Conta a história que D. Pedro II, ao ver o jovem lendo e escrevendo em braile, teria exclamado "A cegueira não é mais uma desgraça!". Em seu discurso de inauguração, José Francisco Sigaud, primeiro diretor da nova instituição, deixava bem claro o caráter vanguardista da escola. Em uma época em que os deficientes de maneira geral eram confinados, segregados do convívio social, ele afirmava, "O Instituto tem por fim educar meninos cegos e prepará-los segundo sua capacidade individual, para exercício de uma arte, de um ofício, de uma profissão liberal" e completava, "pois é uma casa de educação e não um

¹² Entrevista concedida à autora em 04/10/2007

asilos, e muito menos um hospício; uma tríplice especialidade, música, trabalhos, ciência, eis o que constitui sua organização especial"¹³. O nome do instituto é uma homenagem a Benjamin Constant Botelho de Magalhães, um artífice da República e, ao mesmo tempo, seu mais longo e mais atuante diretor.

O Instituto Benjamin Constant foi, até 1926 (ano da fundação do Instituto São Rafael, em Belo Horizonte) a única escola especializada no ensino de alunos com deficiência visual de todo o país. Atualmente, com 153 anos de história, o IBC é muito mais do que apenas uma escola, que atende alunos com deficiência visual desde os seus primeiros anos até o final do ensino fundamental. É um órgão do Ministério da Educação do Governo do Brasil, constituindo-se em um centro de excelência e de referência nacional na área, desenvolvendo atividades voltadas para o atendimento das necessidades acadêmicas, reabilitacionais, médicas, profissionais, culturais, esportivas e de lazer da pessoa cega e portadora de visão subnormal. Preocupado com a magnitude do problema da educação das pessoas amblíopes, o Instituto Benjamin Constant não se restringe à formação intelectual dos alunos. Consciente de que as dimensões continentais do Brasil muitas vezes constituem uma barreira, o IBC tem se voltado nas últimas décadas para pesquisa, difusão do conhecimento, reabilitação, preparação e encaminhamento profissional, produção e distribuição de material especializado (por meio de sua moderna imprensa braile) e para a formação e especialização de professores e técnico de diversas regiões do país.

Esportivamente, o Instituto Benjamin Constant é representado por equipes nas modalidades de goalball, futebol, atletismo e natação, todas competindo com o nome de Caixa Escolar do Instituto Benjamin Constant (CEIBC). Sob o comando dos professores de educação física da própria instituição, possuem relativo destaque no cenário nacional, cedendo atletas para as seleções brasileiras em três das quatro modalidades atendidas. Em seu time de futebol de cinco, o IBC conta com três campeões paraolímpicos: João Batista, Sandro Laina e Fábio Vasconcelos. Além desses, destacam-se a jogadora de goalball da seleção brasileira Ana Carolina Duarte e o nadador Rodrigo Machado.

3.3.2. Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD)

O IBDD (Instituto Brasileiro dos Direitos das Pessoas com Deficiência) surgiu em 1999 como fruto da perseverança da historiadora piauiense Teresa Costa D'Amaral, sua

¹³ Jornal do Comércio, número 2.419, de 20 de setembro de 1854. Disponível em <<http://www.ibc.gov.br>> Acessado em 17/10/2007

fundadora e atual superintendente. No entanto, seu envolvimento com as questões da pessoa portadora de deficiência têm origens muito anteriores. Foi ela a criadora da primeira Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), sendo a autora da lei federal 7853/89, sobre as obrigações do governo para com este segmento. Entre outras coisas, a lei criminaliza a prática da discriminação. "O IBDD nasceu da convicção de que é possível ter a ousadia de fazer diferente, de que é possível ser solidário e reconhecer as incontáveis possibilidades de exercitar a igualdade".¹⁴

O IBDD procura interferir na vida das pessoas com deficiência, construindo cidadania e lutando pelo fim da exclusão. Para isso, oferece desde cursos profissionalizantes até acompanhamento jurídico de questões que envolvam a deficiência, por meio de ações individuais ou coletivas. Além disso, o instituto também concebeu o Programa de Preparação para o Trabalho, que tem a finalidade de formar indivíduos para o convívio profissional. Para as empresas, o IBDD promove uma consultoria completa, que engloba sensibilização do ambiente empresarial, propostas de adequação arquitetônica e assessoria no recrutamento de mão de obra. Oferece também serviços de terceirização de profissionais com deficiência e seu posterior acompanhamento modelar na empresa. No momento, o IBDD conta com cerca de 50 funcionários e uma sede de dois andares, no bairro do Catete, no Rio de Janeiro. Somente em 2006, o instituto realizou cerca de 40 mil atendimentos. São atualmente mais de 300 ações em tramitação, com um índice de 98% de causas ganhas.

A estrutura do IBDD é composta por vários departamentos. Um dos principais é o núcleo de esportes, que promove a prática desportiva de alto rendimento, ressaltando a beleza e a competitividade do esporte adaptado. Como resultado, a instituição conquistou dezessete medalhas nos últimos Jogos Parapan-Americanos (Rio 2007). Seus principais atletas são o judoca (tricampeão paraolímpico) Antônio Tenório, os nadadores André Brasil, José Afonso de Medeiros. O Instituto conta hoje com equipes nas modalidades de natação, judô, bocha paraolímpica e futebol de sete, para paralisados cerebrais.

3.3.3. O Instituto Muito Especial

O Instituto Muito Especial é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público(OSCIP), que promove atividades que visam a inclusão social e profissional das pessoas com deficiência. Fundado em 1999, conta com profissionais que trabalham com

¹⁴ Disponível em <<http://www.ibdd.org.br>> Acessado em 05/12/2007

serviços de consultoria e projetos de engenharia para atendimento das necessidades de pessoas com deficiência. O instituto presta serviços a organizações, privadas ou governamentais, ou diretamente ao público.

O Instituto Muito Especial atua em três vertentes distintas: organizações (serviços de consultoria, acessibilidade, recrutamento e seleção de pessoas com deficiência), comunidade (serviços gratuitos de orientação jurídica, acessibilidade e saúde, capacitação e colocação profissional) e sociedade (sensibilização, conscientização, eventos e campanhas). Além disso, o instituto desenvolve projetos culturais como o “Arte: um olhar muito especial” que visa realizar um levantamento nacional de talentos artísticos de pessoas com deficiência. O objetivo é lançar um livro bilíngüe dando visibilidade a artistas de diferentes regiões do Brasil.

Uma das mais ousadas iniciativas do Instituto Muito Especial foi o projeto Percepções. Uma equipe de oito pessoas (sendo três delas portadoras de deficiência) percorreu, entre novembro de 2005 e janeiro de 2006, nove países da América do Sul. O objetivo da expedição foi, por meio de ações de marketing e responsabilidade social, conscientizar as populações dos países visitados sobre a questão da deficiência. Para isso, foram fundamentais as ativas participações de Sara Bentes (deficiente visual), Daniele Bernardes (deficiente auditiva) e José Luís Pacheco (deficiente físico), o motorista da equipe. O projeto contou com patrocínio da Petrobras e apoio da Rede Globo, que exibiu cenas da viagem no programa Fantástico, em inserções de 5 a 8 minutos, durante doze domingos consecutivos. A equipe procurou identificar de que forma o ambiente, clima, relevo, populações, história, festas, eventos regionais, religiões, culinária típica, esportes e as diferentes culturas são interpretados por pessoas que possuem uma maneira particular de captar os elementos que as cercam.

3.3.4. Arte Sem Barreiras

O Programa Arte Sem Barreiras (Very Special Arts do Brasil) é pioneiro em sua proposta. O maior e mais conceituado movimento de arte na filosofia inclusiva. Foi por essa razão que a Funarte (Fundação Nacional de Arte), consciente da sua responsabilidade social, adotou durante alguns anos como prioridade as propostas do Programa Arte sem Barreiras. Recentemente, no entanto, em função de discordâncias políticas, esta parceria teve fim, causando graves empecilhos à continuação do trabalho de seus profissionais.

O programa vem desenvolvendo projetos que propiciam o aprimoramento técnico de artistas com deficiência nas áreas de artes cênicas, música, artes visuais e dança. "O programa Arte sem Barreiras desenvolve atividades que visam abrir espaços dignos para o artista com deficiência, incentivar a produção e circulação de sua obra, contribuindo para que sua inclusão no mercado se dê não por sua condição de deficiente, mas pela qualidade artística de sua criação."

Entre 2003 e 2005, os principais eventos desenvolvidos foram as Mostras Regionais Arte sem Barreiras, que levaram espetáculos, exposições, cursos e seminários às diversas regiões do país. O principal objetivo é promover a capacitação de gestores e profissionais em arte voltados para este segmento. Além disso, o Arte sem Barreiras presta consultoria na acessibilidade de casas de espetáculo, galerias e oficinas de arte.

O principal compromisso do Arte Sem Barreiras é dar um ressignificado às diferenças, atribuindo-las características positivas através de manifestações culturais. O programa também incentiva a pesquisa, a discussão e a avaliação de estratégias em torno da arte, principalmente as que incorporam os mais modernos conceitos de cognição e as novas possibilidades de atuação no mercado de trabalho. Para isso, são utilizadas metodologias participativas que permitem superar o trabalho isolado dos professores, traduzindo-se em uma prática consciente da ação e do compromisso para alcançar os objetivos propostos.

4. ESTUDO DE CASO: Urece Esporte Cultura Para Cegos

4.1. O que é

Urece Esporte e Cultura é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos, sediada no Rio de Janeiro. A ONG foi fundada e é dirigida por atletas e artistas com deficiência visual. Através do desenvolvimento de atividades esportivas e culturais, a ONG busca contribuir para a formação de pessoas cegas e com baixa visão, favorecendo a sua inclusão na sociedade. Seu objetivo é dar o suporte que os beneficiados necessitam para que possam se desenvolver como esportistas, artistas e cidadãos.

No âmbito paradesportivo, o trabalho da Urece consiste em treinar atletas de alto rendimento das modalidades de futebol, atletismo, remo e *goalball*¹⁵, bem como proporcionar a iniciantes a oportunidade de conhecer e praticar esportes. Além disso, a associação promove campeonatos e apresentações esportivas a fim de estimular os atletas e divulgar o paradesporto.

Na área cultural, a ONG realiza cursos e oficinas que permitem o contato da pessoa portadora de deficiência visual com a música, a literatura, o teatro, a dança, etc. A realização de eventos como os shows do grupo musical “O Som do Invisível” estimulam a formação de artistas profissionais que buscam se firmar no mercado de trabalho.

Outra vertente de atuação da Urece é acessibilidade. Acreditando na importância do respeito ao direito de ir e vir e na autonomia do portador de deficiência, a associação presta serviços a empresas, hotéis e restaurantes. O objetivo é capacitar funcionários para receber esses clientes e dar indicações para tornar o espaço físico acessível, com rampas, cardápios em Braille e outras pequenas mudanças que fazem grande diferença na qualidade de vida das pessoas com deficiência. Além disso, a ONG promove simpósios e palestras para fomentar o debate sobre a inclusão social do deficiente.

Por meio da integração entre esporte e cultura, a Urece busca estimular a capacidade da pessoa com deficiência e difundir suas reais potencialidades, contribuindo para que ele seja um cidadão independente e participativo na sociedade.

¹⁵ O Goalball é a única modalidade esportiva criada exclusivamente para atletas cegos e portadores de visão subnormal. Para saber mais informações, consulte o item 4.222222 deste trabalho.

4.2. História da Associação

Fundada em 25 de outubro de 2005, no município do Rio de Janeiro, a Urece Esporte e Cultura surgiu da união de dois grupos de pessoas interessadas em desenvolver atividades paradesportivas. De um lado, atletas cegos de alta performance com experiência internacional; do outro, estudantes de educação física que realizavam trabalhos voluntários como treinadores do Instituto Benjamin Constant. O convívio diário em treinos e campeonatos transformou esses jovens em grandes amigos, que descobriram ter muitas expectativas e anseios em comum.

Movidos pela insatisfação com as condições de treinamento e competição oferecidas pelo IBC, nasce o sonho de fundar uma associação esportiva para deficientes visuais. Anderson Dias, fundador e presidente da Urece, resalta a necessidade de o grupo se organizar para modificar o tratamento dado ao paradesporto.

O Instituto Benjamin Constant é uma escola fabulosa, referência no ensino de deficientes visuais na América Latina. Dessa forma, eles não podem dedicar grande verba e atenção ao paradesporto. O esporte é apenas parte do todo e, por isso, às vezes fica negligenciado. [...] Desde o início, nós queríamos criar uma associação em que o esporte fosse o protagonista, uma associação na qual nós pudéssemos dedicar todos os recursos à prática esportiva. Acreditávamos que, em função de sermos atletas, poderíamos saber quais problemas atacar e como promover o esporte para portadores de deficiência.¹⁶

Por mais de cinco anos, os amigos viveram juntos as vitórias e derrotas das equipes esportivas de futebol, atletismo e *goalball* da Caixa Escolar Instituto Benjamin Constant (CEIBC). Enquanto os atletas conquistavam muitas medalhas e títulos de expressão, os estudantes de educação física se formavam especialistas, adquirindo grande experiência na área paradesportiva.

Fábio Dias, Fausto Penello, Gabriel Mayr e Rafael Ceccon viveram um processo de aprendizagem intenso como estagiários do IBC. Eles ministravam treinos diários e acompanhavam as equipes conta que os meninos assumiram grandes responsabilidades e obtiveram excelentes resultados. “A experiência que eles adquiriam se somava ao trabalho apaixonado que dedicavam ao paradesporto e não demorou muito para se tornassem

¹⁶ Entrevista concedida à autora em 22/09/2007

profissionais-referência na área, com atuação nas equipes que representam o paradesporto brasileiro no exterior”,¹⁷ conta Marcos Lima, vice-presidente da Urece.

Os quatro instrutores realizavam trabalho voluntário no IBC e se motivavam com o empenho e o talento dos atletas que, mesmo enfrentando condições insatisfatórias de trabalho, mostravam-se determinados a alcançar bons resultados esportivos. Gabriel Mayr explica de onde vinha sua motivação.

No IBC vi que o esporte pode melhorar muito a qualidade de vida de uma pessoa com deficiência. Mas, mais que isso, aprendi que um cego pode se tornar atleta de alto rendimento, valorizado e reconhecido pelo seu trabalho enquanto esportista. Essa possibilidade me motivava a continuar meu trabalho e buscar melhorar as condições de treinamento.¹⁸

Anderson Dias, medalhista de ouro no futebol paraolímpico, conta que a criação de uma associação de esporte para deficientes deixou de ser uma vontade e se tornou uma necessidade dos próprios atletas.

Acreditávamos que poderíamos fazer mais. Deveríamos nos envolver nas decisões das equipes e buscar um novo nível de realizações no âmbito do paradesporto. Com o grupo, pudemos perceber que existiam possibilidades de fazer um trabalho diferenciado, unindo iniciativas bem sucedidas de outras associações aos nossos sonhos e ideais.¹⁹

4.2.1. O Projeto Iniciativa Jovem

Em 2004, o grupo de cinco amigos, entre instrutores e atletas cegos, se inscreveram na incubadora de empresas da Shell. O projeto Iniciativa Jovem é um programa que oferece a pessoas entre 18 e 30 anos, preferencialmente em desvantagem econômica e com escolaridade variada, uma oportunidade na criação de seu próprio negócio. A iniciativa busca dar respaldo à criação de empreendimentos economicamente bem-sucedidos, social e ambientalmente responsáveis e comprometidos com o desenvolvimento sustentável de sua comunidade.

Durante doze meses, os futuros empreendedores da Urece acompanharam *workshops* nas áreas de captação de recursos, administração de empresa, elaboração de projetos, procedimentos jurídicos, entre outros. Desta maneira, eles adquiriram uma base de conhecimento que possibilitaria a criação de uma associação esportiva para deficientes visuais. Gabriel Mayr, hoje gerente de projetos da Urece, mensura a importância desse

¹⁷ Entrevista concedida à autora em 18/09/2007

¹⁸ Entrevista concedida à autora em 30/09/2007

¹⁹ Entrevista concedida à autora em 22/09/2007

aprendizado: “Aprendermos técnicas de gerenciamento, pesquisa de mercado, identidade visual e planejamento. Quando começamos não tínhamos a menor noção destes conceitos, então foi uma orientação muito importante”.²⁰

Para Rafael Ceccon, diretor de esporte da Urece, fazer parte da incubadora de empresas da Shell foi fundamental não só para o entendimento do processo de criação de uma ONG, mas principalmente para o amadurecimento do grupo.

Descobrimos que não seria nada fácil criar a Urece, que teríamos que estudar muito e trabalhar duro para conseguir implementar nossos sonhos. [...] Adquiri mais responsabilidade a partir do momento que percebi que aquilo não era uma brincadeira de amigos, mas uma “empresa”, com todos os seus compromissos e encargos, toda a sua burocracia e prazos a serem respeitados.²¹

Gabriel Mayr destaca ainda que um dos maiores aprendizados foi o entendimento de como pensa o empresariado. “Foi chocante ver que não deveríamos vender nosso sonho, que os empresários não se sensibilizariam tampouco nos apoiariam. Aprendemos que temos que vender produtos que sejam interessantes”.²²

Quando o período de incubação chega ao fim, os empreendimentos são avaliados por uma banca, com base em indicadores de performance econômicos, sociais e ambientais. Aquelas que atingirem os níveis necessários para comprovar sua sustentabilidade são certificadas com o selo Empreendimento Sustentável Iniciativa Jovem. A Urece recebeu seu certificado e deu início a uma nova etapa.

4.2.2. Onde entra cultura em uma associação esportiva?

Durante o processo de aprendizagem na incubadora, Rafael Ceccon sugeriu ao grupo a expansão das atividades da futura ONG para área cultural. Para ele, assim como o esporte, a arte também poderia desempenhar um papel fundamental na vida de uma pessoa portadora de deficiência, trazendo benefícios para melhorar sua qualidade de vida e propiciar sua inclusão na sociedade.

Gabriel entende que a importância da cultura vai além. “O trabalho que desenvolvemos, que ajuda a mudar a opinião e os conceitos da sociedade em relação ao deficiente, muda também a cultura, que é multifacetada, não é apenas a arte”. Ele acredita que

²⁰ Entrevista concedida à autora em 30/09/2007

²¹ Entrevista concedida à autora em 08/10/2007

²² Idem 6

o esporte, ainda que desempenhe papel fundamental na mudança da consciência social sobre a pessoa com deficiência, não consegue atingir toda a população. “trabalhando a cultura na forma de arte, conseguimos atingir outros públicos, outra parcela da sociedade. Assim, também podemos transformar a cultura que existe na sociedade a respeito do deficiente.”²³

Marcos Lima lembra que os argumentos para se trabalhar esporte e cultura paralelamente pareciam condizer com uma associação que queria promover a inclusão social do deficiente, entretanto o grupo não tinha nenhuma experiência nesta área.

O esporte era o nosso caminho natural. Na verdade, se você tivesse me perguntado isso há pouco menos de dois anos, eu responderia que era o nosso único caminho. O Ceccon foi o grande entusiasta da cultura, ainda que nós não tivéssemos a mínima idéia do que iríamos fazer e quem iria comandar a parte cultural. Para nós, fazia sentido que a cultura fosse empregada da mesma maneira que o esporte: como ferramenta de inclusão social e busca da cidadania do portador de deficiência. Mas como não sabíamos o que fazer, arrisco dizer que aceitamos colocar cultura no nosso nome apenas para satisfazer ao caráter integracionista do Ceccon.²⁴

4.2.3. O nome Urece

Durante todo tempo de amadurecimento da idéia e crescimento da vontade de se criar uma associação, surgiram algumas sugestões de nomenclaturas, como por exemplos ACE (Associação de Cegos Esportistas). É comum que as instituições para pessoas com deficiência sejam batizadas com siglas como, por exemplo, CBDC (Confederação Brasileira de Desporto para Cegos) ou IBDD (Instituto Brasileiro dos Direitos das Pessoas com Deficiência).

O termo Urece foi inventado não se sabe exatamente quando nem por quem, mas logo virou uma palavra recorrente na comunicação dos atletas do IBC. Urece tinha um significado positivo, se referia a tudo que era muito bom, estava atrelado a todas as comemorações e vitórias dos amigos. Rafael Ceccon diz que a palavra Urece era, inicialmente, “[...] uma forma de saudação, passou a ser utilizado como um advérbio ou um adjetivo positivo, até tornar-se também um grito de guerra, uma palavra que exprimia a alegria do time quando vencia uma partida, ou de um jogador quando fazia um gol.”²⁵

Como o vocábulo fazia parte do dia-a-dia dos atletas e dos treinadores, decidiu-se adotá-lo como nome da associação. Fábio Dias, treinador de atletismo, justifica a escolha:

²³ Entrevista concedida à autora em 30/09/2007

²⁴ Entrevista concedida à autora em 18/09/2007

²⁵ Entrevista concedida à autora em 08/10/2007

Um fato específico contribuiu muito para eu ser defensor desse nome. Foi uma cena que só eu presenciei, no final dos jogos paraolímpicos brasileiros realizados em São Paulo, onde foi decidido quem iria às Paraolimpíadas da Grécia. Após sair a lista dos atletas do atletismo em que o Hilário²⁶ foi convocado, vi o Sandro²⁷, o Dias²⁸ e o Michael²⁹ confraternizarem junto ao Hilário no corredor do hotel. Eles formaram uma roda e gritavam URECE, URECE! Por isso, para mim, Urece tem uma força maior que minha compreensão, maior que qualquer explicação. Como queríamos e lutamos para que a nossa associação desse certo, demos o nome Urece.³⁰

Entretanto, por ser uma expressão inventada, sem significado formal para o público externo, surgiu a idéia de transformar o nome em sigla, criando assim a União Regional Esportiva e Cultural para Cegos, URECE. Porém, o primeiro batismo tinha sido um ato espontâneo, natural, que agradava a todos os fundadores e ainda significava muito aos atletas cegos que formariam as futuras equipes esportivas. Por isso a transformação do nome próprio em sigla não se efetivou e registrou-se Urece Esporte e Cultura para Cegos.

4.3. Esporte para pessoas com deficiência visual

Nos últimos anos, o paradesporto tem mostrado seu valor através de resultados expressivos tanto em âmbito nacional como internacional. As Paraolimpíadas de Atenas, em 2004, foi televisionada e por isso teve papel fundamental na divulgação das diversas modalidades a muitos brasileiros que jamais haviam tido contato com o paradesporto. No Parapan-Americano Rio 2007, a população compareceu em grande número aos centros esportivos para torcer pelos atletas nacionais. A exemplo da final de futebol de cinco, os espectadores lotaram as arquibancadas para assistir a performance dos 98 atletas e a conquista das 227 medalhas. Os esportistas responderam com a garra e a determinação que o esporte exige, mostrando que o atleta portador de deficiência é tão capaz quanto qualquer outro.

A Urece acredita que a prática esportiva permite que o indivíduo explore suas possibilidades corporais, livre-se da insegurança, do medo e da dependência causados pela ausência da visão. Por meio do esporte, é possível desenvolver as potencialidades inibidas pela deficiência, pela falta de informação da família e pelo preconceito ainda instituído na sociedade. Anderson Dias é um exemplo que comprova como esporte é capaz de transformar a vida de uma pessoa com deficiência. "Até onze anos de idade, eu morava com a minha mãe

²⁶ Hilário Moreira Neto, atualmente atleta da Urece.

²⁷ Sandro Laina, campeão paraolímpico de futebol de cinco (Atenas, 2004). Atualmente é presidente da Federação de Esporte para Cegos do Estado do Rio de Janeiro.

²⁸ Andersom Dias, presidente da Urece.

²⁹ Michael Ramos, jogador de futebol do time do IBC.

³⁰ Entrevista concedida à autora em 20/09/2007

e não saía pra quase canto nenhum. Quando eu fui para o Benjamin Constant e comecei a disputar modalidades esportivas, eu pude buscar minha independência e pude me integrar”.³¹

Na prática, os atletas mostram que os benefícios vão além. O ritmo de treinamento impõe um nível de conhecimento do próprio corpo que dá ao portador de deficiência maior confiança e habilidade para locomover-se, noção de espaço mais aguçada, domínio de suas capacidades motoras, aprimoramento da audição, entre outros. Essas virtudes são utilizadas no dia-a-dia de qualquer indivíduo e são essenciais na melhoria da qualidade de vida de uma pessoa com deficiência.

Isac Ribeiro tem má formação congênita dos membros inferiores e é atleta de remo e futebol.

O esporte na minha vida é tudo que eu sou hoje, porque se não fosse o esporte, principalmente o futebol, eu não estaria nem andando. O médico falou para a minha mãe que eu não ia nem andar, mas graças a Deus hoje eu faço tudo. Isso porque desde moleque eu corria atrás de uma bola. Hoje eu pedalo, corro, nado, jogo futebol e agora, principalmente, estou remando.³²

Além de todos os benefícios que a prática esportiva traz, a Urece enxerga o paradesporto como uma potente ferramenta de inclusão social e de busca da cidadania. Mais do que isso, é principalmente um meio de o deficiente se afirmar como profissional de sua modalidade e ser valorizado e reconhecido como tal. Felipe Gomes, medalhista de prata no Parapa-Americado do Rio de Janeiro, conta que representar o Brasil em uma competição internacional é uma grande responsabilidade, mas também um momento único para qualquer esportista. “Quando você está no pódio, ouvindo o hino nacional, você lembra que todo esforço que fez não foi em vão. Você está ali por um motivo especial, você é **o atleta**, você é **o representante nacional**, e isso nos impulsiona a brigar para crescer cada dia mais”³³. [grifos do autor]

4.3.1. As atividades esportivas dentro da Urece

Atualmente, a ONG possui equipes em duas modalidades esportivas: remo e atletismo, atendendo cerca de 30 beneficiados, entre iniciantes e atletas de alto rendimento. Eles freqüentam treinos diários nas sedes esportivas da Urece, localizadas no bairro da Urca e na Lagoa Rodrigo de Freitas.

³¹ Entrevista concedida à autora em 22/09/2007

³² Entrevista concedida à autora em 15/09/2007

³³ Entrevista concedida à autora em 04/11/2007

Em janeiro de 2008 a associação pretende iniciar o treinamento do futebol de cinco e do *goalball*. Segundo a diretoria de esporte da Urece, há grande procura pelas modalidades, porém ainda é preciso concretizar parcerias para garantir um local apropriado para os treinos.

4.3.1.1. Remo Adaptado

A equipe de remo é resultado de uma parceria com o Botafogo de Futebol e Regatas, que cede o espaço e os equipamentos para a prática do esporte. Rafael Ceccon é o treinador da modalidade e realiza um trabalho pioneiro no estado do Rio de Janeiro. São aproximadamente 20 atletas atendidos, com idades entre 14 e 53 anos, que apresentam diferentes categorias e graus de deficiência.

Esta é a única modalidade paraolímpica em que atletas com deficiências distintas competem juntos, compondo barcos com deficientes visuais e físicos. Além disso, é possível que atletas com e sem deficiência façam parte da mesma equipe em competições convencionais, o que revela um caráter inclusivo muito peculiar deste esporte.

Apesar do nome, o remo adaptado dispensa ajustes técnicos significativos para que pessoas com deficiência possam praticá-lo. Essa particularidade é bastante interessante, pois torna a modalidade atrativa tanto para portadores de deficiência, quanto para o espectador, que enxerga em primeiro lugar as características do esporte.

Sua história no Brasil remonta à década de 80, quando foi criado no Rio de Janeiro um programa da reabilitação e lazer através do remo, que durou até 1993. Porém, o grande impulso veio a partir de 2002 com o surgimento de múltiplas e simultâneas iniciativas em cidades brasileiras como Santos, Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba e Brasília. Foi também nesse ano que a FISA (Federação Internacional de Remo) começou a realizar campeonatos mundiais de remo adaptado, com o intuito de desenvolver e divulgar o esporte.

Em 2005, o Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) anunciou a entrada do remo adaptado como nova modalidade das Paraolimpíadas. Sua estréia está marcada para 2008, nos Jogos de Pequim, o que proporcionará ao esporte a oportunidade de crescer ainda mais.

Em 2007, Rafael Ceccon acompanhou a seleção brasileira de remo adaptado ao Mundial, em Munique. Desempenhando o papel de timoneiro, ele foi testemunha do feito que garantiu ao Brasil a vaga nas paraolimpíadas da China. Luciano Pires, atleta da Urece, fez parte da delegação que garantiu ao país o título de campeão mundial por equipes.

O treinamento de remo na Urece não tem patrocínio próprio, mas dispõe da infraestrutura oferecida pelo Botafogo. Em contrapartida, a equipe compete pelo clube em regatas regionais e nacionais, tanto em provas específicas para portadores de deficiência quanto em barcos mistos. A equipe Urece/Botafogo é o maior grupo de atletas com deficiência treinados hoje no Rio de Janeiro nesta modalidade. A excelência deste treinamento é comprovada pelo desempenho dos remadores Luciano Pires e Isac Ribeiro. Luciano é deficiente visual da categoria B2 e Isac tem má formação dos membros inferiores. Ambos são promessas para representar o Brasil na primeira participação paraolímpica do remo adaptado, em 2008 na China.

4.3.1.2. Atletismo

A equipe de atletismo da Urece é formada por 10 atletas, entre iniciantes e atletas de destaque. Os treinos são realizados diariamente no Forte São João, no bairro da Urca, na Vila Olímpica Mestre André e na Quinta da Boa Vista. À frente da equipe está Fábio Dias, treinador e guia de atletismo para deficientes visuais com vasta experiência na seleção brasileira e em competições internacionais.

O atletismo para portadores de deficiência visual possui como base as mesmas regras do atletismo convencional, fazendo-se necessárias apenas algumas adaptações. Os esportistas são classificados segundo seu nível de deficiência visual: B1, B2 e B3. O atleta B1 obrigatoriamente compete utilizando um óculo opaco, para bloquear a entrada de luz e anular qualquer resíduo visual. Em provas de pista, ele possui o direito de utilizar duas raias, além do guia.

O guia é um atleta com visão normal que corre ao lado do deficiente visual, sob a condição de nunca ultrapassá-lo. Sua função é dar coordenadas para evitar que a raia de outro competidor seja invadida e garantir que se siga o percurso corretamente. O atleta e o guia ficam unidos por uma corda com tamanho máximo de 50 centímetros. Para o atleta B2, o guia é opcional, mas ele terá duas raias à sua disposição. Já o atleta B3 não possui direito à guia e tampouco a duas raias, pois possui um grau de visão que permite que ele realize as provas individualmente. Em provas de campo, o acompanhante tem a função de posicionar o atleta com deficiência visual no local para os saltos e arremessos, além de indicá-lo a direção certa.

O atletismo para pessoas com deficiência visual é constituído pelas provas de 100 m, 200 m, 400 m, 800 m, 1500 m, 5000 m, 10000 m, salto em distância, salto triplo, arremesso

de peso, lançamento de disco e dardo, revezamentos 4 x 100 m e 4 x 400 m, além da tradicional maratona, todas nas categorias masculina e feminina, nas classes B1, B2 e B3.

Fábio Dias comanda uma equipe que apresenta excelentes resultados em âmbito nacional e internacional. Entre os atletas de alta performance, se destacam Felipe Gomes, Hilário Neto e Liwignston Costa. Os três competem na categoria T11 (para atletas totalmente cegos) e acumulam vitórias em competições importantes. Felipe e Hilário participaram dos Jogos Parapan-Americano Rio 2007 e conquistaram duas medalhas cada. Na prova de 100 metros os dois subiram juntos ao pódio, ocupando o segundo e o terceiro lugar. Liwignston Costa não participou do Parapan devido sua pouca idade. No entanto, o atleta ganhou o título de bicampeão junior nos 100 metros, nos Jogos Mundiais de Jovens, em julho de 2007, nos Estados Unidos. Ele foi considerado o cego mais rápido do mundo abaixo de 19 anos.

Apesar dos resultados, a equipe de atletismo da Urece não tem patrocínio e é mantida por doações de pessoas físicas e pequenos empresários. Essa verba é empregada na compra de material e equipamentos fundamentais à prática esportiva, assim como o pagamento do transporte dos atletas para competições interestaduais, alimentação e uniformes. A Urece ainda disponibiliza profissionais das áreas de fisioterapia, nutrição e psicologia, que realizam o acompanhamento dos atletas de todas as modalidades.

4.3.1.3. Futebol

A Urece prevê para 2008 a formação de sua primeira equipe de futebol de cinco. O professor de educação física Fausto Penello assumirá o treinamento da modalidade, que já tem um número significativo de atletas interessados. Anderson Dias explica a relação da ONG com a modalidade.

A Urece sempre esteve muito envolvida com o futebol. Sou campeão paraolímpico nesta modalidade e três dos nossos professores de educação física começaram suas trajetórias com o futebol de cego. Mas só agora estamos conseguindo formar nossa primeira equipe. Estamos em vias de fechar parcerias para ter nosso próprio time. [...]Uma equipe de futebol é um passo muito importante pra que a Urece se afirme no cenário paradesportivo.³⁴

O futebol de cinco, como é chamado no Brasil, apresenta regras semelhantes ao futebol de salão. A única modificação espacial necessária é o que se chama de banda lateral, um conjunto de compensados de madeira de um metro e meio de altura que percorre toda a lateral da quadra. Dessa maneira, a bola só sai de jogo na linha de fundo, o quê dá ao esporte

³⁴ Entrevista concedida à autora em 22/09/2007

um dinamismo muito maior. Os goleiros enxergam normalmente, porém, para evitar que influam demasiadamente na dinâmica da partida, eles têm sua área de atuação restrita a uma pequena zona retangular de 2x5 metros.

Uma adaptação interessante é a figura do chamador, um profissional que fica posicionado atrás do gol adversário a fim de orientar os jogadores de ataque de sua equipe. Vale ressaltar que os atletas que praticam esta modalidade (a exceção do goleiro) são completamente cegos, inseridos na categoria B1. Para evitar que possíveis resíduos visuais, como a sensibilidade à luz, dê alguma vantagem a determinados jogadores, a regra obriga que todos utilizem um tampão oftalmológico recoberto por uma venda. Outro elemento curioso é a bola, dentro da qual são acondicionados guizos de ferro que orientam os jogadores pelo barulho.

A partir de 1997, a IBSA (International Blind Sportive Federation) passou a organizar campeonatos mundiais. Brasil e Argentina dividem as conquistas de todos os mundiais realizados: duas para cada seleção. Em 2004, o esporte estreou nas Paraolimpíadas e ganhou grande visibilidade na mídia, sobretudo com a conquista da primeira medalha de ouro da seleção brasileira no futebol olímpico. No Brasil, a CBDC é responsável pela organização e realização dos torneios entre clubes.

4.3.1.4. *Goalball*

Em maio de 2007 a Urece formou uma equipe de *goalball* treinada pelo atleta Anderson Dias e pelo professor Rafael Ceccon. Mesmo com pouco tempo de treinamento, a equipe chegou a participar do Campeonato de *Goalball* em Guarulhos, e obteve um singelo sexto lugar. Porém, em julho, Anderson Dias foi obrigado a se afastar do esporte para fazer uma cirurgia no joelho, obrigando a equipe a interromper os treinamentos.

O *Goalball* é a única modalidade criada exclusivamente para atletas cegos e portadores de visão subnormal. Sua origem remonta a década de 40 e revela o caráter inclusivo inerente ao esporte. Inventado na Alemanha, o *goalball* surgiu com o intuito de ser usado na ressocialização de militares que haviam perdido a visão durante a 2ª Guerra Mundial.

É um esporte de equipe, jogado em uma quadra com dimensões similares a de vôlei, em que participam dois times de três jogadores cada. O objetivo é arremessar com as mãos e acertar o gol adversário. O desenvolvimento do jogo é baseado no uso da percepção auditiva para a detecção da trajetória da bola e requer uma boa capacidade de orientação espacial do

atleta. Assim como no futebol, todo jogador deve estar devidamente vendado, de modo que aquele que possui visão parcial não possa obter vantagens.

Em 1976, no Canadá, o *goalball* teve sua primeira participação em Jogos Paraolímpicos. Atualmente, o esporte é praticado em cerca de 110 países no mundo e sua popularidade vem crescendo também em âmbito nacional. Um evento que contribuiu para divulgação do esporte no nosso país foi o VII Campeonato Mundial de Goalball realizado no Rio de Janeiro, em 2002. Em 2003, a equipe feminina do Brasil conquistou a medalha de prata no mundial do Canadá. Com este resultado, elas asseguraram uma vaga nos Jogos de Atenas, garantindo a primeira participação brasileira em paraolimpíadas nesta modalidade.

4.4. Arte e cultura para pessoas com deficiência visual

A Urece acredita que a arte tem papel fundamental como fator de inclusão para qualquer segmento oprimido pela discriminação e pelos rótulos negativos. Integrar um grupo de música, teatro ou dança é se sentir membro de um corpo, parte de um todo. Para o portador de deficiência visual, geralmente excluído de múltiplas esferas da vida em sociedade, isso é ainda mais importante porque significa estimular sua participação, afirmar sua auto-estima e desenvolver sua autoconfiança. O sentimento de pertencimento e integração plena que a arte desperta no indivíduo é fundamental para a construção da sua cidadania e inclusão social.

A ONG entende que cultura e esporte se aproximam nos benefícios que trazem a pessoa cega e de baixa visão. O desenvolvimento de sua motricidade e equilíbrio, o aperfeiçoamento da audição, a superação da insegurança para se locomover são apenas alguns deles. A dança e o teatro, por exemplo, permitem que o indivíduo com deficiência descubra as potencialidades e limites de seu corpo, além de desvelar uma nova forma de linguagem até então ofuscada pela própria falta da visão: a expressão corporal. Já a literatura, por dispensar o apelo imagético, estimula o poder do imaginário, permitindo que o deficiente visual não só se envolva com o caráter ficcional do livro, mas também faça dele um instrumento de conhecimento sobre o mundo que o cerca.

Assim como o esporte, a Urece enxerga a arte como uma poderosa ferramenta de inclusão social e de busca pela cidadania, mas também como um meio de o deficiente se afirmar como profissional de sua área e ser valorizado e reconhecido como tal. A cantora e

compositora Sara Bentes concorda: “A música revelou em mim um potencial que me apresenta para o mundo como uma artista e não simplesmente como uma deficiente”.³⁵

4.4.1. Atividades culturais dentro da Urece

O departamento de cultura da Urece é dirigido pela cantora e compositora Sara Bentes, uma personagem de extrema importância na luta pela arte inclusiva. Desde 2002, ela participa de festivais e projetos internacionais, aliando sua carreira artística à caminhada pela inclusão social de pessoas com deficiência. “Se sou uma artista, o que eu quero que chegue primeiro às pessoas é minha arte e não minha deficiência”.³⁶

Em 2006, Sara Bentes foi convidada pelos fundadores da Urece a assumir o departamento de cultura e implementar atividades artísticas entre pessoas com deficiência visual. Nesse sentido, a ONG idealizou a realização de oficinas nas áreas de literatura, teatro, dança e música, além do estímulo ao debate sobre a questão da deficiência. Hoje, a associação se orgulha do grupo O Som do Invisível, formado por músicos cegos e de baixa visão. A Urece oferece o respaldo que eles necessitam para que se iniciem no mercado fonográfico, dando suporte para a gravação do cd, realizando shows e eventos de divulgação e promovendo o grupo na mídia.

Além da música, a ONG também oferece curso de dança contemporânea e expressão corporal. As aulas acontecem toda terça na Faculdade de Dança Angel Viana. O grupo é formado por pessoas com e sem deficiência visual e comandado pela professora Janaina Guerreiro. “Aqui nós não vemos dificuldades, apenas possibilidades e desafios. Estamos fazendo experimentações e descobertas sobre os limites do nosso corpo e trabalhando a consciência sobre o lugar que ocupamos no espaço”.³⁷

4.5. Minha participação na Urece

Meu envolvimento com a ONG começou por intermédio de Marcos Lima, atleta cego e atual vice-presidente da Urece. Nós nos conhecemos no curso de jornalismo da Escola de Comunicação da UFRJ e logo nos tornamos grandes amigos. Em 2005, ele me convidou para acompanhar o time de futebol do IBC no Campeonato Regional de Futebol para Cegos, em

³⁵ Entrevista concedida à autora em 12/10/2007

³⁶ Entrevista concedida à autora em 12/10/2007

³⁷ Entrevista concedida à autora em 27/11/2007

São Paulo. Ele me pediu para que tirasse fotos do evento e gravasse as partidas em vídeo, com o intuito de divulgar o paradesporto. Como estudante de fotografia ávida por novas experiências, não hesitei em aceitar o convite para realizar meu primeiro trabalho voluntário.

Ao longo dos seis dias de convivência intensa, fui completamente envolvida pela garra, disciplina e união do grupo e não demorou muito para que eu me sentisse parte integrante daquela equipe. Aprendi com o paradesporto valores tão próprios do esporte e tão pouco conhecidos por mim e passei de fotógrafa a torcedora apaixonada já na primeira partida.

Lembro-me que no primeiro dia de viagem, o atleta Anderson Dias me alertou: “Thaís, prepare-se: em terra de cego, quem tem olho é escravo”. E foi com uma imensa satisfação de sentir-me útil que me deixei “escravizar”. Tentava ajudar em várias tarefas como guiar os atletas, servir as refeições, carregar materiais, etc. Só não podia me esquecer de fotografar. Ao final do campeonato, recebi minha primeira medalha: de bronze, em braile, com muito orgulho. Essa experiência foi apenas o começo de uma relação que se fortaleceria nos próximos meses e se solidificaria nos dois anos seguintes, até hoje.

Em novembro de 2005, aconteceu a cerimônia de encerramento do Projeto Iniciativa Jovem, em que todas as empresas e organizações incubadas se conheceram e apresentaram suas propostas. Foi neste momento que surgiu a idéia de se fazer um pequeno vídeo para mostrar como é o futebol praticado por deficientes visuais. Com o material gravado no campeonato em São Paulo, editei um *clip* com os lances mais interessantes dos jogos.

A reação do público presente no evento nos ensinou algo que posteriormente seria a base das estratégias de comunicação da Urece: mesmo na divulgação do esporte para cegos, a imagem continua valendo mais que mil palavras. Ficou nítido que, depois que apresentamos o vídeo em um telão, cresceu significativamente o número de pessoas interessadas e, principalmente, surpresas com o alto nível de uma partida de futebol de cego.

Escutamos comentários como “quer dizer que eles jogam mesmo, tem jogo pra valer?” ou “então não é uma atividade só pedagógica? É esporte de verdade?”. Foi então que entendemos que para acabar com o desconhecimento e o preconceito que a sociedade tem em relação ao paradesporto e ao potencial do deficiente não bastava a simples informação verbal ou escrita. Fazia-se necessário mostrar à sociedade de uma maneira mais óbvia, mais clara: através de imagens.

Há algum tempo eu vinha estudando fotografia e vídeo e me disponibilizei a realizar todos os registros imagéticos que poderiam servir como forma de divulgação do trabalho realizado pela Urece. A partir daí, comecei a me envolver em inúmeros projetos tais como a

criação do site institucional, galeria de fotos, vídeos, notícias, etc. Em pouco tempo, assumi o departamento de comunicação da Urece e passei a realizar também o trabalho de assessoria de imprensa e relacionamento com parceiros e apoiadores.

Ao longo desses dois anos de trabalho voluntário, experimentei uma imensa satisfação por usar minha visão em prol de uma causa que eu passei a sentir como minha. Vivenciei com a equipe Urece inúmeras conquistas e algumas derrotas que só fortaleceram nossa luta pela inclusão social da pessoa portadora de deficiência. Vibrando pelo paradesporto ou aplaudindo a arte, nossa missão é mostrar para a sociedade as reais potencialidades desses atletas e artistas que têm deficiências e eficiências como qualquer um de nós.

5. COMUNICAÇÃO: Um instrumento de transformação

5.1. A importância da comunicação

A comunicação desempenha uma função essencial no processo de inclusão de grupos minoritários na sociedade. Ela se faz indispensável não apenas como um instrumento de luta política, mas como o lugar onde transformações e quebras de paradigmas se mostram possíveis. O reconhecimento social de um determinado segmento diz respeito à maneira com que esse grupo se comunica e expressa sua identidade. Barbalho explica que “a cidadania, para as minorias, começa, antes de tudo, com o acesso democrático aos meios de comunicação. Só assim ela pode dar visibilidade e viabilizar uma outra imagem sua que não a feita pela maioria” (2005, p.37)

Entende-se que todo preconceito e discriminação têm como pilares de sustentação a falta de informação e o desconhecimento. Para D’Amaral, os principais invólucros que determinam o contorno da inconsciência em relação à deficiência são: a ausência de informação sobre o assunto, o desconhecimento, o preconceito, o medo do diferente e, por fim, o paternalismo. (1992).

Nesse contexto, a comunicação se mostra imprescindível na busca pela diluição da discriminação e inclusão do portador de deficiência na sociedade. Ela deve ser usada como uma ferramenta que, aliada a políticas públicas e ações do terceiro setor, desempenha o importante papel de promover o debate e fazer circular informações que não corroborem com a afirmação dos estereótipos e estigmas impostos pela sociedade. Pois, “a falta de consciência que perpassa indivíduos e sociedade em relação à questão da deficiência é o que torna difícil desenvolver uma mudança de atitude e estabelecer uma prática social democrática frente ao deficiente”. (D’AMARAL, 1992, p.17)

Não há dúvidas de que garantir educação, profissionalização e acessibilidade são pré-requisitos para a integração da pessoa com deficiência. Entretanto, vale ressaltar que sua aceitação social passa obrigatoriamente pela esfera das relações interpessoais e se confronta com a imagem estigmatizada que se tem sobre o deficiente. Por esse motivo, se não houver uma forma de comunicação esclarecedora, mesmo as ações bem-intencionadas em favor da inclusão deste segmento podem proporcionar uma forma de socialização baseada em estereótipos e conivente com a imposição de rótulos negativos.

A comunicação é, portanto, o lugar de luta contra a inconsciência e o desconhecimento. Além disso, Glat chama atenção para uma outra problemática também bastante relevante. Para a autora, a força de um processo distorcido de socialização é tão

grande que “o indivíduo acaba se identificando totalmente com o papel e as tipificações que lhe são atribuídos. Ou seja, a sua identidade se torna incorporada ao papel. Ele passa a ver a si próprio como se não fosse nada além de um deficiente”. (1995, p.31). Assim, a comunicação assume mais uma função: agir junto a pessoa com deficiência, a fim de melhorar sua auto-estima e estimular o sentimento de participação.

Esse diálogo se faz fundamental se considerarmos que na maioria das vezes as próprias famílias desconhecem a possibilidade de um cego jogar futebol ou de um cadeirante apreender a dançar, por exemplo. Deste modo, a criança com deficiência é excluída de atividades comuns e cresce sem a consciência do seu potencial.

Dessa forma, fica claro que muitas das mais relevantes problemáticas que envolvem a questão da deficiência perpassam pelo escopo da comunicação. A batalha contra o preconceito e a discriminação faz parte de uma luta maior e mais complexa pela inclusão social do portador de deficiência. Neste confronto, a circulação da informação se mostra como uma poderosa arma política. No entanto, para que isso seja possível, deve-se entender a comunicação como uma das vertentes do processo de integração, uma ferramenta que precisa vir aliada às ações que promovam a participação do deficiente em múltiplas esferas da sociedade. Como afirma D’Amaral, “o desafio fundamental para a questão da deficiência [...] é encontrar um caminho por onde a discriminação passe a ser reconhecida, a comunicação estabelecida e a prática social modificada”. (1992, p.18)

5.2 A comunicação na ONG Urece

Posta a importância da informação para o rompimento do estigma da exclusão social, torna-se evidente que qualquer associação que realiza um trabalho voltado ao portador de deficiência deve incorporar às suas atividades uma proposta de comunicação.

Na prática, uma ONG se comunica para criar e consolidar sua imagem junto aos públicos estratégicos, são eles: a comunidade, a mídia, as empresas patrocinadoras, os voluntários, etc. Entre os principais objetivos estão: captar recursos financeiros, materiais, humanos e tecnológicos; dar visibilidade à causa institucional; construir e manter relacionamentos; compartilhar informações com os públicos estratégicos; trocar idéias e aprendizagens com outras organizações; despertar na comunidade o interesse em participar de ações sociais; sensibilizar líderes políticos; entre outros. (KOTLER, 1978)

O chamado “público estratégico” é o grupo a quem a comunicação deve ser dirigida. Em geral, eles são múltiplos e diferenciados, o que obriga a associação a estabelecer relações

específicas com cada um deles. Pode-se dizer que para a ONG Urece, os públicos prioritários são as empresas patrocinadoras, a mídia e a sociedade.

5.2.1. Diálogo com empresas

Com a crescente valorização dos conceitos de “responsabilidade social” e “marketing social” entre as empresas, as organizações sem fins lucrativos se viram inseridas em uma nova lógica de relações com o setor privado. Cresceu entre as ONG’s a percepção de que qualquer instituição precisa difundir o trabalho que desenvolve de maneira eficaz, abandonando a comunicação intuitiva e traçando estratégias e planos. Para isso, tornou-se extremamente válido fazer uso de ferramentas de gestão com origem empresarial, sem nunca perder de vista as características fundamentais que diferem as organizações com e sem fins lucrativos.

Preocupadas em fortalecer sua imagem institucional as ONG’s começam a entender a importância da comunicação estratégica para alcançar maior legitimidade na sociedade, aumentando assim a possibilidade de concretização de parcerias vitais a seu desenvolvimento.

O marketing começa a ser visto como uma metodologia de trabalho que pode ser utilizada a serviço de idéias, atitudes e práticas voltadas à transformação social. (MENEGHETTE, 2001)

Entretanto, mesmo que uma ONG desenvolva uma estratégia de comunicação bem fundamentada, não significa que o processo de captação de recursos será uma etapa fácil de superar. Quando se trata de uma associação que promove esporte e cultura para pessoas com deficiência essa fase pode ser ainda mais complicada, pois a mentalidade de muitos empresários ainda está imersa em preconceito e discriminação.

Como exemplo disso, vale ressaltar dois episódios lamentáveis. O primeiro ocorreu em 1996. A Coca-Cola, patrocinadora oficial dos Jogos Olímpicos de Atlanta, recusou-se a apoiar a Paraolimpíada, realizada na mesma cidade logo após o evento. Diante disso, os deficientes norte-americanos criaram movimento de protesto, cujo lema era: “Se você acha que o paratleta merece uma oportunidade, não beba Coca-Cola”. Temendo as repercussões na mídia, a empresa decidiu investir no evento.

O segundo caso, ainda mais grave, ocorreu durante os Jogos Parapan-Americanos, do Rio de Janeiro, em 2007. A Golden Cross, uma empresa do ramo de seguro-saúde, patrocinou o maior evento esportivo das Américas, oferecendo a todos os atletas do Pan uma ampla infraestrutura de atendimento médico. Foram 30 ambulâncias com UTI, hospitais credenciados 24h, 1.500 profissionais especializados, além de ser o plano de saúde de todos os atletas

brasileiros e dos funcionários do comitê organizador.³⁸ No entanto, a mesma empresa que investiu 20 milhões nos jogos e 12 milhões em publicidade se negou a oferecer serviços médicos aos atletas com deficiência. Tal absurdo, no entanto, passaria impune se não fosse a trágica morte do mesa-tenista argentino Carlos Maslup. O atleta sofreu um acidente vascular cerebral na Vila Pan-Americana e só conseguiu ser atendido no hospital Miguel Couto, muitas horas depois. Segundo o presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Vital Severino Neto, a Golden Cross alegou que para uma empresa que vende saúde, não é estratégico associar sua marca a um produto que traz a mente imperfeição e doença.³⁹

Vê-se, portanto, que apesar do conceito de responsabilidade social ser cada vez mais difundido e valorizado na sociedade, esse quadro se distorce quando se trata de pessoas com deficiência. Por esse motivo, uma associação que promove esporte e cultura para cegos deve adotar uma postura que ultrapasse os objetivos básicos de uma comunicação estratégica. Para o vice-presidente da Urece Marcos Lima “uma organização que trabalha com deficientes visuais tem que ‘vender’ um produto que já é visto como negativo. Antes de convencer que é bom, temos que provar que não é ruim”.⁴⁰ Assim, a associação precisa trabalhar contra o preconceito e mostrar para o empresariado o verdadeiro potencial dos artistas e atletas assistidos pela ONG.

Não se trata de supervalorizar a pessoa com deficiência, mas de enxergar as possibilidades da pessoa para além de sua deficiência. Por isso, a ONG visa muito mais do que uma simples ajuda paternalista, pautada pelo sentimento de pena que somente reforça a discriminação. A Urece busca estabelecer uma relação com o patrocinador que seja baseada em parcerias que beneficiem ambas as partes. Para Gabriel Mayr, “o empresariado brasileiro reflete o preconceito enraizado na sociedade e reafirmado pela mídia. Uma ação para captar recursos é também uma batalha contra a desinformação. Nessa luta, a principal arma é a comunicação e a munição, o nosso trabalho”.⁴¹

5.2.2. Diálogo com a mídia

A maneira como a mídia trata a questão da deficiência desempenha um papel fundamental no processo de inclusão social desse segmento. O fato de a imprensa ser em boa parte responsável pela formação da opinião pública a coloca em posição vital frente à

³⁸ Dados disponíveis no *site* oficial da empresa <<http://www.goldencross.com.br>>

³⁹ Palestra realizada na Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência, no Art Sesc Flamengo, em 18/09/2007

⁴⁰ Entrevista concedida à autora em 18/09/2007.

⁴¹ Entrevista concedida à autora em 30/09/2007.

visibilidade da luta pela inclusão e ao reconhecimento das pessoas com deficiência como cidadãs plenas e atuantes. (VIVARTA, 2003)

Para Barbalho, vivemos atualmente na chamada “Idade Mídia”, na qual ocupar os meios de comunicação é um pré-requisito para ser reconhecido como parte da realidade social. O autor explica que, “é a mídia que nos dias de hoje detém o maior poder de dar voz, de fazer existir socialmente os discursos”. (BARBALHO, 2005, p.36)

Para Paiva, sua função vai além. “A mídia responsabiliza-se hoje por todas as mediações sociais, é ela que regula a relação do indivíduo com o mundo e com seus pares”. (2005, p.16) Nesse sentido, pode-se dizer que a mensagem que é veiculada nos meios de comunicação ao mesmo tempo se refletirá e será um reflexo da sociedade.

Barbalho e Paiva suscitam duas vertentes diferenciadas da mesma problemática. A primeira diz respeito ao fato de grupos minoritários serem ou não representados na mídia, e, portanto, na sociedade. A segunda aprofunda mais a questão e reflete sobre que imagens desses segmentos são criadas e difundidas pelos meios de comunicação.

A idéia que a mídia difunde sobre a pessoa com deficiência certamente será repercutida nas esferas sociais. Ela tem o poder de reforçar os estigmas e acentuar a discriminação ou, ao contrário, desmistificar os preconceitos e promover a inclusão. Entretanto, muitas vezes, essa escolha não é um processo consciente. A maior parte dos jornalistas (assim como a maior parte da sociedade) realmente desconhece quem é o deficiente, reduzindo sua imagem a estereótipos e rótulos.

Neste cenário onde predomina a desinformação a respeito da questão da deficiência, é previsível que distorções se instalem e repercutam. É possível constatar que, na maioria das vezes, o deficiente é tratado pela mídia com comiseração ou com supervalorização. Isso quer dizer que, em geral, a imagem da pessoa com deficiência se limita a dois estereótipos: ou está envolta em um sentimento de pena e compaixão; ou é associada a um super-herói, com capacidades sobre-humanas. Embora essas duas concepções pareçam contraditórias e incompatíveis, na verdade elas escondem o mesmo problema: a não-aceitação do portador de deficiência como um indivíduo normal.

Seja sob a óptica da pena ou da exaltação, o potencial do artista e do esportista torna-se um mero adereço da personagem principal: a deficiência. Essa mídia da espetacularização e do sensacionalismo só propaga a desinformação e ratifica a discriminação.

Para modificar esse panorama, uma ONG que promove esporte e cultura para deficientes visuais deve assumir algumas importantes responsabilidades. Uma vez entendido que o tratamento que a mídia confere à questão é essencial pra a percepção que a sociedade

terá de uma pessoa com deficiência, deve-se estabelecer uma estratégia específica para lidar com os meios de comunicação. É de extrema importância para uma ONG ter uma assessoria de imprensa pró-ativa, que abasteça a mídia com informações responsáveis e apresente o deficiente como ele é: um cidadão como qualquer outro.

Não há dúvidas de que uma postura ativa será muito mais eficaz contra a profusão dos estigmas do que esperar passivamente pelo contato dos meios de comunicação. Pois, na maior parte das vezes em que o jornalista busca apurar uma pauta relacionada à questão da deficiência, ele já está completamente embriagado por conceitos pré-concebidos de forma deturpada e linhas editoriais superficiais. Por esse motivo, torna-se fundamental estabelecer um diálogo constante com a imprensa, a fim de preencher essas lacunas que impulsionam a engrenagem da exclusão.

Apesar de o desconhecimento pautar boa parte do discurso da mídia sobre este tema, seria injusto não reconhecer que algumas transformações já podem ser observadas. O tratamento que os meios de comunicação começam a dar ao esporte adaptado é um bom exemplo disso. A transmissão ao vivo de competições das Paraolimpíadas de Atenas (2004) e do Parapan-Americano do Rio de Janeiro (2007) elevaram o paradesporto a um novo patamar. Hoje, atletas como Clodoaldo Silva, André Brasil e Lucas Prado são reconhecidos pela população não pela deficiência, mas por suas habilidades esportivas e conquistas para o país.

Esse exemplo deixa claro que uma cobertura consciente dos veículos de mídia pode promover a quebra de paradigmas. É apenas com o envolvimento da sociedade em um debate sobre as questões relacionadas à deficiência que será possível reverter o impacto de uma herança discriminatória e excludente. Nessa perspectiva, evidencia-se a importância dos meios de comunicação de massa enquanto agentes facilitadores dessa troca de informações.

5.2.3. Diálogo com a sociedade

Para que haja uma verdadeira inclusão social da pessoa com deficiência é preciso que as associações envolvidas nesta causa entendam a necessidade de estabelecer uma comunicação constante com a sociedade. Em um primeiro momento, esse diálogo é fundamental para que a ONG promova suas atividades, motivando a participação de voluntários e alcançando maior número de beneficiados. Entretanto, a importância dessa relação vai além. As associações ligadas a pessoas com deficiência devem promover debates e suscitar discussões para que a questão se insira na pauta de preocupações relevantes ao desenvolvimento do país.

Na prática, as ações devem tomar por base o binômio conhecimento/convivência. É preciso compreender que tão importante quanto fazer circular informações a respeito da deficiência é possibilitar o convívio entre as diferenças.

No caso específico da Urece, essa máxima se evidencia no paradesporto e na cultura. É por meio desses instrumentos que a associação pode estabelecer um rico diálogo com a sociedade. Durante uma partida de futebol ou em um espetáculo musical, por exemplo, o público torce pelo time ou se emociona de tal forma com a música que a deficiência do atleta ou do artista passa a ser apenas um detalhe. As sensações causadas por um jogo ou por um show são capazes de produzir no espectador um nível de identificação que desfaz preconceitos e o aproxima daqueles esportistas e músicos. Assim, uma pessoa cega pode ser reconhecida e valorizada pelo seu trabalho e não rotulada por sua deficiência.

Nessa perspectiva de buscar o conhecimento pelo convívio, uma ação interessante é a promoção de apresentações esportivas em colégios, universidades, ginásios públicos. Essa é uma maneira de difundir as especificidades do paradesporto de alto rendimento e a qualidade técnica do atleta cego, mas é, sobretudo, uma oportunidade de a pessoa com deficiência se apresentar como um indivíduo normal, que joga bola, corre, vibra, ganha e perde como qualquer outro. No âmbito cultural, shows musicais e apresentações de dança ou teatro cumprem a função de aproximar e envolver público e artista. Assim como no esporte, o que ganha visibilidade é a qualidade da arte e não a característica deficiência.

O guitarrista do grupo Som do Invisível Júlio César Ribeiro explica que as exibições da banda proporcionam ao público o contato com a questão. “As pessoas são atraídas pela música, mas acabam perguntando sobre a deficiência”. Para ele, isso é bastante positivo, pois “as pessoas estão se dando uma chance de conhecer. É preciso romper as barreiras da ignorância para quebrar o preconceito”.⁴²

Outra estratégia válida é a realização de congressos, seminários e debates. Eles devem ser promovidos não somente com o objetivo de trocar informações técnicas, mas também com a finalidade de conhecer trabalhos, discutir problemas e fortalecer reivindicações. De abrangência local, nacional ou internacional esse instrumento se destinará prioritariamente às instituições ligadas à questão do deficiente, mas procurará também abranger aquela parcela da

⁴² RIBEIRO, Júlio César. [Entrevista com os integrantes do grupo O Som do Invisível]. Rio de Janeiro, 2007. Entrevista concedida à Juliana Oliveira no Programa Especial da TVE Brasil em 27/11/2007.

população que pode ser trabalhada e conquistada. Vale salientar que mudar a sociedade é também transformar o pensamento dos produtores de notícia e dos empresários.

Essas ações são essenciais para que a questão da deficiência passe a fazer parte dos assuntos de preocupação e discussão nacional. Só assim, será possível haver convivência e, conseqüentemente, a inclusão efetiva do deficiente na sociedade.

6. RELATÓRIO DE PRODUÇÃO: O vídeo “porque não enxergamos obstáculos”

6.1. Justificativa

Como foi dito anteriormente, uma associação que promove esporte e cultura para deficientes visuais precisa adotar uma estratégia de comunicação específica para enfrentar um panorama de desconhecimento e preconceito por parte da sociedade civil e de possíveis empresas patrocinadoras. Desde a cerimônia de recebimento do selo de empreendimento social da Iniciativa Jovem, identificamos a necessidade de a Urece utilizar recursos audiovisuais para difundir suas atividades. Parecia evidente que a falta de informação sobre a questão da deficiência era de tal forma arraigada que se fazia necessário utilizar uma linguagem com efeitos mais impactantes do que aqueles provocados por um simples projeto escrito.

Nos eventos em que a Urece participou (exposições, feiras e seminários), percebemos que as pessoas que procuravam o estande para obter informações sobre o trabalho realizado na associação desconheciam completamente o esporte adaptado. Mesmo quando explicávamos sobre o futebol, *goalball* e atletismo para deficientes visuais, os visitantes reagiam com descrédito. Com o tempo, fomos constatando que a falta de conhecimento do assunto não era apenas privilégio das pessoas menos escolarizadas. Empresários e políticos também tinham idéias deturpadas sobre o esporte adaptado e seus praticantes.

Por esse motivo, decidi produzir um vídeo que promovesse o trabalho realizado pela Urece Esporte e Cultura para Cegos. Ele teria como finalidade acompanhar o projeto escrito que é enviado a uma empresa para a captação de recursos. Além disso, o institucional seria usado em palestras e seminários, estimulando o debate sobre a questão da deficiência, o paradesporto e a arte inclusiva.

Apesar de ser aficionada pela linguagem audiovisual, sou aluna do curso de jornalismo e não conheço muitas pessoas com envolvimento na área de cinema e vídeo. Por esse motivo, me vi obrigada a aceitar o desafio de realizar sozinha todas as fases do processo: do roteiro à finalização, passando por produção, gravação e edição.

6.2 Pré-produção

O primeiro passo foi determinar qual mensagem seria transmitida no vídeo. Para tal, recorri à missão prevista no estatuto da ONG: “difundir o real potencial dos deficientes visuais por meio da promoção e do desenvolvimento de atividades esportivas e culturais, de

modo a permitir ao indivíduo maior autonomia e participação na sociedade”. Essa frase já apontava a direção que eu daria ao roteiro. Parecia evidente que o personagem principal do vídeo não deveria ser nem a associação, nem os portadores de deficiência, mas o potencial do atleta e do artista.

Devido à falta de recursos humanos e materiais, fazia-se necessário investir na simplicidade. Nessa perspectiva, criei um roteiro baseado em entrevistas com atletas, artistas e fundadores da associação. Os depoimentos seriam costurados com imagens das atividades esportivas e artísticas realizadas na ONG. Assim, a identidade da Urece e a mensagem a ser transmitida seriam construídas por meio de relatos de pessoas portadoras de deficiência. Esse recurso ressalta outra característica fundamental da instituição: ela foi criada e até hoje é dirigida por deficientes visuais que identificaram a necessidade de fundar uma associação para defender seus próprios interesses.

Sem perder de vista a simplicidade, era preciso tornar o vídeo atrativo e capaz de despertar em empresas o interesse em patrocinar o esporte e a cultura praticados por pessoas com deficiência. Para tanto, adotei a premissa que rege todo trabalho realizado na Urece: as virtudes do atleta e do artista para além das características da deficiência. Assim, determinei que nos primeiros momentos do vídeo usaria apenas imagens que destacassem as qualidades do esportista, sem que fosse revelado que se tratava de pessoas portadoras de deficiência. O objetivo era despertar no espectador uma “primeira impressão” positiva, pautada pela admiração, e não pelo preconceito, pena ou paternalismo.

Como pressupõe a definição de vídeo institucional, era fundamental que ficasse claro o que é a Urece, como são realizadas as atividades dentro da ONG e porque esse trabalho é essencial para melhorar a qualidade de vida dos portadores de deficiência visual. Como o vídeo acompanharia projetos de captação de recursos enviados a empresas, ele deveria conter também uma parte “apelativa”, que afirmasse a importância de se fazer investimentos na área do paradesporto e da arte. Para tanto, os artistas e atletas fariam um “chamado” à responsabilidade social, contra o preconceito e a discriminação.

O roteiro se dividiu, portanto, em quatro momentos principais. No primeiro, são apresentados esporte e cultura realizados por pessoas com deficiência. As imagens dos atletas e artistas em atividade são seguidas de depoimentos do corredor Luciano César e da cantora Sara Bentes. Eles enfatizam que o paradesporto de alto rendimento e a arte vão muito além da deficiência. O segundo bloco une esporte e cultura na ONG Urece e justifica a importância da associação na promoção dessas atividades junto às pessoas cegas e com baixa visão. O terceiro momento explica os benefícios que a prática esportiva e cultural traz para esse

segmento. No quarto momento, os atletas e artistas fazem um apelo ao patrocinador e a sociedade civil, a fim de desmistificar o estereótipo do deficiente como uma pessoa incapaz.

6.3 Produção

Nesta etapa do processo, contei com a ajuda essencial de Marcos Lima, vice-presidente da Urece Esporte e Cultura e um grande amigo. Ele me auxiliou em todo o processo de agendamento, transporte de equipamentos e realização das entrevistas. Seu apoio foi fundamental para a realização desta etapa.

Durante os meses de agosto e setembro acompanhei os treinos e as competições das equipes esportivas de remo, atletismo e *goalball*, assim como as aulas de dança e as apresentações do grupo musical “O Som do Invisível”. Com um equipamento amador – uma câmera de mão *minidv* – gravei imagens diversas dessas atividades, o que somou aproximadamente três horas de material bruto.

O remo e o atletismo foram gravados nas sedes esportivas da Urece: no clube de remo do Botafogo, na Lagoa Rodrigo de Freitas e no Forte São João, na Urca. As tomadas de *goalball* e natação foram feitas no Instituto Benjamin Constant. Além do treinamento, também acompanhei os atletas em três competições importantes: o Campeonato Regional de Futebol de Cegos, em São Paulo, o Circuito Caixa de Atletismo, em São Caetano do Sul e a Regata Remo do Futuro, no Rio de Janeiro.

As imagens relativas à cultura foram realizadas durante os shows do grupo musical “O Som do Invisível”, no Teatro Ziembinski, nos meses de setembro e outubro de 2007. As aulas de dança foram gravadas na Faculdade de Dança Angel Viana, onde ocorrem os ensaios regulares.

Além disso, realizei entrevistas com quatro membros da Urece: o presidente Anderson Dias, o vice-presidente Marcos Lima, o diretor de esportes Rafael Ceccon e a diretora de cultura Sara Bentes. Também entrevistei Felipe Gomes, Luciano César e Liwigston, três atletas alto rendimento atendidos pela ONG.

Como locações das entrevistas, utilizei as sedes esportivas da associação: Escola de Educação Física do Exército (Forte São João), na Urca e Clube de Remo do Botafogo, na Lagoa Rodrigo de Freitas. Além serem belos cenários naturais, é importante mostrar ao patrocinador que a Urece está localizada no município do Rio de Janeiro. A entrevista com a cantora e compositora Sara Bentes foi realizada em sua própria casa.

Um aspecto interessante do processo de produção são as peculiaridades de fazer gravações com pessoas portadoras de deficiência visual. Como quatro dos entrevistados são cegos ou apresentam baixa visão desde a infância, eles não têm informações visuais para entender alguns conceitos básicos como enquadramento, luz e edição. Na prática isso significou ter que explicar mais detalhadamente porque a entrevista teria que ser nesta posição e não naquela em que ficávamos contra-luz, ou porque teríamos que refazer aquela resposta em que ele falou e coçou a boca ao mesmo tempo. Em nenhum momento isso foi exatamente uma dificuldade, mas uma característica curiosa que me chamou atenção.

6.4. Finalização

A edição do vídeo foi realizada em meu computador pessoal, equipado apenas com os elementos essenciais ao trabalho. Utilizei o software Adobe Premiere para a montagem de todo o trabalho. Ao longo do mês de outubro, foram gastas aproximadamente 15 horas na edição da primeira versão.

Observando a significativa diferença no ritmo e na luminosidade das imagens relativas ao esporte e à cultura, optei por separar o início do vídeo em dois blocos, cada um dedicado a um departamento da Urece. Como o esporte é o grande foco da associação, comecei por ele. Após uma seqüência de imagens das modalidades esportivas, coloquei um depoimento do atleta Luciano César, falando do esporte de alto rendimento para a pessoa com deficiência. Logo após, começaria o bloco destinado à cultura, com imagens de categorias artísticas seguidas do depoimento da cantora e compositora Sara Bentes. Na seqüência, o vice-presidente Marcos Lima, uniria os dois discursos em uma única associação: a Urece Esporte e Cultura para Cegos.

Foi também nesta fase que decidi que utilizaria nos primeiros segundos do vídeo apenas o áudio de curtos depoimentos de atletas falando de suas glórias no esporte. O objetivo era exaltar o potencial esportivo, sem revelar que se tratavam de atletas cegos. A legenda em tela preta reforçaria essa idéia, referindo-se ao atleta como “medalha de ouro em Atenas”, “prata no Pan do Rio”, etc. Como isso não estava previsto no roteiro, busquei trechos nas entrevistas feitas com os atletas que não “denunciassem” sua deficiência visual. É preciso frisar que não se trata de esconder a cegueira dos personagens, mas de uma estratégia para desarmar o preconceito enraizado na mentalidade de muitos empresários brasileiros.

Após a decupagem e seleção das melhores imagens, iniciei a pesquisa por uma música que impusesse ritmo ao vídeo e orientasse toda a montagem. Eu sabia que queria uma música

instrumental, intensa, com variações e contrastes rítmicos. Nesta busca, me deparei com uma versão instrumental de “Horizonte Distante” do compositor Marcelo Camelo, gravada pela banda Los Hermanos. O engenheiro de som Guga Brandão havia orquestrado eletronicamente a música, acentuando sua atmosfera épica e lúdica. Tive o cuidado de solicitar à gravadora autorização para utilização desta trilha. No dia XXXX recebemos um documento assinado pelo compositor, permitindo o uso de sua canção no vídeo institucional da Urece Esporte Cultura.

Após a edição do vídeo, ainda antes de realizar os ajustes finais, fiz questão de mostrá-lo ao presidente e vice-presidente da Urece. Durante a exibição, Anderson Dias e Marcos Lima apontaram uma grande incoerência do meu projeto: o vídeo não era totalmente acessível ao deficiente visual. Eles, então pediram que eu descrevesse o que era mostrado naquela seqüência de imagens acompanhada pela música. Eu descrevi brevemente cada cena, uma a uma.

Foi então que entendi que apesar de o vídeo ter como público alvo a sociedade civil e possíveis empresas patrocinadoras, eu não poderia criar um produto que não condissesse com a ideologia da ONG. Seria uma contradição pregar a inclusão do deficiente através do esporte e da cultura e impedir que os próprios atletas e artistas da Urece pudessem assistir ao vídeo na sua totalidade.

A fim de solucionar esse impasse, decidi criar uma versão do vídeo com áudio-descrição. Isso significa gravar uma voz em *off* narrando brevemente o que é mostrado nas imagens, assim o espectador com deficiência visual pode acompanhar o conteúdo na íntegra.

Para a elaboração desse texto, contei com a ajuda de Marcos Lima, que aceitou ouvir minhas descrições longas sobre cada cena e transformá-las em breves comentários que, dependendo da tomada, poderiam durar apenas dois segundos. Meu objetivo ao chamá-lo para a áudio-descrição não foi apenas envolver os membros na Urece no processo de produção, mas, sobretudo, garantir que os comentários escritos por um deficiente visual abrangeriam as informações que um espectador cego necessitaria para se interar do conteúdo visual que ele lhe é privado.

Em novembro, gravei a áudio-descrição e finalizei a segunda versão do vídeo. O título “porque não enxergamos obstáculos” surgiu a partir de um depoimento do vice-presidente Marcos Lima. Desde então, a ONG utiliza essa frase como *slogan*.

CONCLUSÃO

Tratar a questão da deficiência é falar de 24,6 milhões de brasileiro, segundo o IBGE, ou 10% da população mundial, de acordo com a ONU. Um contingente que embora numeroso, se constitui como uma minoria excluída, reflexo de uma sociedade despreparada para o convívio com as diferenças. Os dados aqui mostrados revelam que a pessoa com deficiência encontra grandes dificuldades no acesso ao ensino e ao mercado de trabalho. Para agravar a situação, as barreiras arquitetônicas impedem que o deficiente tenha liberdade de se locomover com segurança e independência pelos espaços da cidade.

Não há dúvidas de que a educação, a profissionalização e a acessibilidade sejam elementos essenciais para a integração da pessoa com deficiência. É se inserindo nas esferas sociais e desempenhando os direitos e deveres de todo cidadão que o portador de deficiência poderá alcançar seu lugar como indivíduo atuante e participativo. Contudo, se levarmos em consideração que a aceitação social perpassa pela esfera das relações interpessoais, nos deparamos com uma outra problemática. A imagem estigmatizada e os estereótipos que definem erroneamente o deficiente são fatores determinantes para a não aceitação e marginalização deste segmento.

Portanto, o atual cenário ainda delega aos portadores de deficiência a condição de cidadãos de segunda classe. Ao longo deste trabalho, pudemos comprovar que atividades esportivas e artísticas vêm dando uma outra dimensão ao tema, pois carregam em si elementos capazes de modificar essa realidade. O paradesporto e a cultura se mostram como ferramentas eficazes na construção de uma nova relação entre sociedade e pessoas com deficiência, uma vez que despertam sentimentos de identificação que contrariam os preconceitos estabelecidos.

Entretanto, para que esporte e arte possam de fato cumprir seu papel transformador, é necessário que sua mensagem positiva atinja um grande número de pessoas. Para que isso seja possível, deve-se entender a comunicação como uma das vertentes essenciais do processo de integração. Ela tem a responsabilidade de romper os principais invólucros que determinam o contorno de uma sociedade excludente: a ausência de informação, o preconceito, o medo do diferente, o paternalismo, a comiseração e a discriminação. Nesse contexto, uma indagação se faz evidente. Quem deve ser o agente comunicador e transformador dessa realidade?

Entende-se que o reconhecimento social de um determinado segmento diz respeito à maneira com que ele se comunica e expressa sua identidade. É através do diálogo que se estabelece com a mídia e com a sociedade que se pode dar visibilidade e viabilizar uma outra

imagem sua que não aquela reforçada pelos rótulos negativos. Nessa perspectiva, as instituições que desenvolvem atividades voltadas para a pessoa com deficiência ganham importância. Nelas ecoam as vozes mais interessadas e capacitadas para tratar a questão da deficiência e difundir informações que contrariem os dogmas vigentes. Para tal, as entidades devem estar preparadas para assumir essa função.

Com base no estudo de caso da ONG Urece Esporte e Cultura para Cegos, esse trabalho desenvolveu uma proposta de comunicação diferenciada. Aqui, foi discutida a importância de se estabelecer um diálogo permanente com empresários, mídia e sociedade. As reflexões suscitadas nesse estudo resultaram na produção de um vídeo institucional para a associação. “Porque não enxergamos obstáculos” é uma forma de mostrar na prática um caminho a ser seguido por uma ONG que dispõe de poucos recursos, mas de muita vontade de alterar esse quadro. O material audiovisual produzido tem a intenção de mostrar que um projeto que se pretenda eficaz deve ressaltar sempre as potencialidades do atleta e do artista, para muito além de sua deficiência. Não se trata de abordar o deficiente como um super-herói, mas como um ser humano, com eficiências e deficiências como qualquer outro.

O objetivo deste trabalho vai além de propor formas de diálogo com as múltiplas esferas da sociedade; ele pretende despertar a responsabilidade de estudantes e professores em promover o exercício de uma comunicação mais engajada e consciente. Uma vez entendido que os mais relevantes aspectos relacionados à questão da deficiência perpassam pelo interesse da comunicação, fica evidente que a batalha contra o preconceito e a discriminação faz parte de uma luta maior e mais complexa pela integração plena da pessoa de deficiência.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE para todos: uma cartilha de orientação. Núcleo Pró-Acesso, UFRJ/FAU/PROARQ. Rio de Janeiro: Edição Alerj, 2005

ALMEIDA, José Julio Gavião de. et al. Classificações da deficiência visual: compreendendo conceitos esportivos, educacionais, médicos e legais. Lecturas, Educación Física y Deportes, Revista Digital, Buenos Aires, año 10, no. 93, fev. 2006. Disponível em <<http://www.efdeportes.com>> Acesso em: 29/09/2007

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BARBALHO, Alexandre. Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. in: BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel. (Orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Editora Paulus, 2005. p.27-38

CABRAL, S. Apostila PEPPD. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003

CONDE, Antônio João Menescal. Definindo Cegueira e Deficiência Visual. Artigo disponível em <<http://www.ibr.gov.br>> Acesso em: 15/09/2007

_____, Antonio João Menescal; Sobrinho, Pedro Américo de Souza; Senatore, Vanilton. Introdução ao movimento paraolímpico: manual de orientação para professores de educação física. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006.

CORRER, Rinaldo. Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003

D'AMARAL, Teresa Costa. Deficiência e Democracia. Trabalho defendido como dissertação de Mestrado na Escola de Comunicação da UFRJ. Orientador Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral. Rio de Janeiro, 1992

FRÖHLICH, Gabriela F. Esporte e Cidadania: Bairro Restinga, em Porto Alegre. Orientador Dr. Hermílio dos Santos Filho. Porto Alegre: PUC-RS, 2006.

GIULLIANOTTI, Richard. Sociologia do Futebol: Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GLAT, Rosana. A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sete Letras. 1995. (Coleção Questões atuais em educação especial)

KOTLER, Phillip. Marketing para organizações que não visam o lucro. São Paulo: Atlas Editora, 1978

LIMA, Paulo Henrique; SELAIMEN, Graciela Baroni (Org.). Cúpula Mundial da Informação: um tema de todos. Rits, 2004. Disponível no Observatório de políticas públicas de Infoinclusão: <<http://www.infoinclusao.org.br>> Acesso em: 21/10/2007

MAXIMO, João; DAFLON, Rogério. Heroísmo sem limites. Rio de Janeiro: IBDD, 2007

MENEGHETTI, Sylvia Bojunga. Comunicação e marketing: fazendo a diferença no dia-a-dia de organizações da sociedade civil. São Paulo: Global, 2001.

NERY, Marcelo. Retratos da Deficiência no Brasil. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

OLIVEIRA, João Vicente Ganzarolli. Do Essencial Invisível: arte e beleza entre os cegos. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2002.

PAIVA, Raquel. Mídia e política de minorias. In: BARBALHO, A; PAIVA, R. (Orgs.). Comunicação e cultura de minorias. São Paulo: Editora Paulus, 2005. p.15-26

SILVA, Eduardo Augusto Viana da. A Globalização e o futebol brasileiro: sua individualidade e identidade. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

VASH, Carolyn. Enfrentando a deficiência: a manifestação, a psicologia, a reabilitação. São Paulo: Pioneira, 1988.

VIVARTA, Veet. *Mídia e Deficiência*. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003.

Sites

Comitê Paraolímpico Brasileiro

<www.cpb.gov.br>

Confederação Brasileira de Desportos para Cegos

<www.cbdc.org.br>

Fundação Getúlio Vargas (FGV)

<www.fgv.br>

Fundação Nacional da Arte (FUNARTE)

<www.funarte.gov.br>

Golden Cross

<www.goldencross.com.br>

Instituto Benjamin Constant

<www.abc.gov.br>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

<www.ibge.gov.br>

Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD)

<www.ibdd.org.br>

Instituto Muito Especial

<www.muitoespecial.com.br>

International Blinds Sports Federation (IBSA)

<www.ibsa.es>

International Paralympic Committee (IPC)

<www.paralympic.com>

Organização das Nações Unidas (ONU)

<www.onu-brasil.org.br>

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Puc-minas)

<www.puc-minas.edu.br>

Projeto Dosvox

<<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox>>

Urece Esporte e Cultura para Cegos

<www.urece.org.br>